



**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA  
AGRICULTURA FAO – CABO VERDE**



INDICE	
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	3
PREÂMBULO.....	4
1- INTRODUÇÃO.....	5
1.1 - O País.....	5
1.2 - Contexto.....	6
2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ILHA DE SÃO NICOLAU .....	7
2.1 - Caracterização Física .....	7
2.2 - Caracterização Sócio-económica .....	7
2.3 - Pertinencia do Plano Estrategico de Desenvolvimento Agrícola Nacional para a Ilha .....	8
3 - METODOLOGIA.....	9
3.1 - Definição da metodologia“Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado – DTPN” .....	9
3.2 - Etapas da metodologia.....	10
3.2.1 - Etapa 1: Recolha de informação secundaria disponível.....	10
3.2.2 - Etapa 2: Constituída por duas componentes .....	10
3.2.3 - Etapa 3: Entender a evolução histórica do território e as dinâmicas agrárias. ....	11
3.2.4 - Etapa 4: Entender quem são os actores relacionados com o território objecto do estudo. ....	11
3.2.5 - Etapa 5: Entender quem são os produtores primários. ....	11
3.2.6 - Etapa 6: Encontro de negociação com os principais actores representativos da ilha.....	11
3.3 - Análise da informação, caracterização das zonas e dos actores.....	11
3.4 – Formulação do Plano de Acção de Desenvolvimento Agrícola de São Nicolau .....	12
3.5 - Instancias de concertação, socialização, discussão pública e divulgação. ....	12
3.6 - Mecanismos de seguimento e avaliação .....	12
4 - RESULTADOS DO DTPN .....	12
4.1 - CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS AGRO-ECOLÓGICAS .....	12
4.2 -Descrição das Zonas Geográficas Representativas .....	13
4.2.1 - BACIA HIDROGRAFICA DA RIBEIRA PRATA .....	13
4.2.2 - BACIA HIDROGRAFICA DE FAJÃ.....	14
4.2.3 - CARRIÇAL.....	15
4.3 - CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ACTORES .....	15
4.3.1 – Produtores Primários .....	15
4.3.1.1 - Agricultores Proprietários de conta própria.....	15
4.3.1.2 – Pequenos Agricultores Rendeiros/Parceiros (meeiros).....	16
4.3.2 - Criadores de gado.....	16
4.3.3 - Pescadores .....	17
4.4 - Associações Comunitárias.....	17
4.5 - Confissões Religiosas .....	18
4.6 - Câmaras Municipais.....	18
4.7 - Serviços Desconcentrados do Estado.....	19
4.8 - Delegação do MADRRM.....	19
4.9 - Organismos Não Governamentais (ONGs).....	19
4.10 - Sector privado .....	20
4.11 - Problemas identificados, causas, efeitos, níveis, actores implicados.....	20
4.12 - ANALISE FOFA - SÃO NICOLAU .....	24
5 - IMPACTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS DE 2001 A 2006 .....	26
Análise e Avaliação Global .....	27
6 – PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO NICOLAU.....	28
6.1 - VISÃO.....	28
6.2 - OBJECTIVO ESTRATÉGICO PARA O HORIZONTE 2012 .....	28
6.3 - QUADRO LÓGICO DO PADA-SN.....	30
6.4 – OS EIXOS PRIORITÁRIOS DE APOIO DO PADA-SN .....	34
6.5 – PROGRAMAS E PROJECTOS .....	35
6.6 – CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS PROJECTOS PRIORITARIOS.....	35
6.7 – ESTIMATIVAS DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS.....	35
6.7.1 – Em Funcionamento .....	35
6.7.2 – Em Investimento (2009 a 2012).....	36
6.7.3 – Fontes de Financiamento .....	38
6.8 – NÍVEIS DE EXECUÇÃO.....	38
6.9 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	38
6.10 – RISCOS E CONDIÇÕES DE EXITO DO PLANO DE ACÇÃO .....	38
7 – CONCLUSÕES.....	39
ANEXO 1 - ZONAS GEOGRÁFICAS REPRESENTATIVAS SÃO NICOLAU.....	41
ANEXO 2- FICHAS DE PROJECTOS .....	42

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ACB	Associações Comunitárias de Base
AGR	Actividades Geradoras de Rendimentos
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África
CMAR	Captação Mobilização Água para Rega
CMRB	Câmara Municipal da Ribeira Brava
CMT	Câmara Municipal do Tarrafal
CRP	Comissão Regional de Parceiros
CSA	Conservação Solos e Água
DECRP	Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.
DGASP	Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGPOG	Direcção Geral de Planeamento e Gestão Orçamental
DMS	Delegação do Ministério de Saúde
DTPN	Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado
ECV	Escudo Caboverdiano
ETMA	Equipa Técnica Municipal Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura
FCP	Fundos de Contrapartida
FIDA	Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola
FOFA	Forças Oportunidades Fraquezas Ameaças
GCV	Governo de Cabo Verde
IMF	Instituição de Micro Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola
ISVAF	Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias
MADRRM	Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MCA	Milenium Challenge Account
MEES	Ministério de Educação e Ensino Superior
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONGs	Organizações não Governamentais
ORAC-SN	Organização das Associações Comunitárias de São Nicolau
PADA - SN	Plano de Acção para o Desenvolvimento Agrícola de São Nicolau
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PEDA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura
PESA	Programa Especial de Segurança Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PIDAS	Projecto Integrado de Desenvolvimento Agro-Silvopastoril
PL – 480	Programa Alimentar dos Estados Unidos
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra Pobreza
POVBHPE	Projecto Ordenamento Valorização Bacias Hidrográficas Picos Engenhos
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores de Bem
SAAS	Serviço Autónomo de Água e Saneamento
SUCLA	Sociedade Ultramarina de Conservas, Lda
ZAE	Zona Agro Ecológica
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## PREÂMBULO

Este documento está dividido em sete capítulos. A introdução, onde em termos gerais se faz a apresentação do país e se desenvolve o contexto da sua elaboração, constitui o primeiro capítulo. O segundo está relacionado com a apresentação da ilha de Santo Antão. Aqui são apresentadas as suas particularidades locais, potencialidades e limitações.

A metodologia - “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado - DTPN” - é descrita no terceiro capítulo. Esta metodologia fundamenta-se nos princípios de planeamento participativo e negociado os quais permitem estabelecer um diálogo claro e compreensível entre os diferentes actores da população e das instituições públicas e privadas. Este facto facilita o incremento do capital social, factor chave para a construção e assunção de propostas próprias de desenvolvimento, mediante a expansão dos espaços de participação, concertação e negociação quer através de entrevistas com os diferentes actores, mesas de negociação e espaços de discussão pública, quer através da realização de “ateliers” regionais e nacional

Os resultados do DTPN são apresentados no quarto capítulo. Esses resultados derivam da identificação de algumas zonas seleccionadas para amostra. Apresenta-se para cada uma delas a respectiva caracterização e tipificação e bem assim a caracterização dos actores que participaram do processo. Foi possível levar esses actores a identificarem os seus problemas, determinar as suas prioridades e visualizar as soluções possíveis conducentes à transformação e/ou melhoria da realidade actual para se alcançar o futuro desejado, tudo isso tendo em conta as potencialidades humanas, institucionais, técnicas, territoriais e financeiras entre outras.

Os projectos em curso na ilha são apresentados no quinto capítulo.

O plano de acção vem inserido no sexto capítulo. É com propriedade um instrumento básico e apropriado para a melhor gestão do desenvolvimento, sendo vinculativo para o sector público e indicativo para o sector privado. Isto facilita a actuação do governo central e das autoridades territoriais e os demais actores. Orienta, enquadra e racionaliza a acção do Estado e permite estabelecer sinergias institucionais públicas e privadas através de parcerias capaz de aproveitar de forma eficiente os recursos públicos e das parcerias mobilizados.

O propósito do plano é possibilitar o desenvolvimento rural da ilha através da execução de estratégias que conjugam a valorização dos recursos humanos e económicos com uma gestão sustentada dos recursos naturais e advogam melhorias da produção agrícola, pecuária e da pesca artesanal. De igual modo tais estratégias devem promover a execução de actividades rurais geradoras de rendimento, incluindo o turismo rural e o eco turismo de forma a garantir um maior bem-estar da população. O PA antevê um sistema de implementação e acompanhamento que faz uso de indicadores que permitem medir o grau de realização dos objectivos alcançados quando relacionado com a situação encontrada e assim se poder determinar o cumprimento ou incumprimento das metas estabelecidas.

Finalmente, o sétimo capítulo apresenta-se algumas conclusões. Aqui, fica patenteada a importância do planeamento regional de forma participativa e negociada.

A elaboração deste Plano de Acção contou com o apoio financeiro e assistência técnica da Agência da FAO em Cabo Verde, e estribou-se na capacitação de técnicos em metodologia aplicada. Aproveita-se para agradecer, em nome do MADRRM e em representação do Governo e da população da ilha, na qualidade de principal beneficiária deste importante instrumento de orientação técnica, metodológica e institucional à FAO - Cabo Verde pelo apoio. Os profundos agradecimentos a todos quantos contribuíram e apoiaram na elaboração deste documento.

## 1- Introdução

### 1.1 - O País

A Republica de Cabo Verde é um arquipélago saheliano de 10 ilhas, do qual 8 são habitadas, com uma superfície de 4.033 Km<sup>2</sup>, situada no Oceano Atlântico a cerca de 500 Km a Oeste da costa do Senegal. O clima é do tipo tropical seco. As duas estações são as ditas “estação das chuvas” que vai de Agosto a Outubro e “estação seca” (ou dos ventos) que vai de Dezembro a Junho. A pluviometria é fraca e muito aleatória em todo o País. O arquipélago é caracterizado por factores de vulnerabilidade estrutural: insularidade, descontinuidade do território, persistência da seca, fragilidade dos ecossistemas e escassez dos recursos naturais nomeadamente água e terra arável.

A área total cultivável é de 44.531 ha, ( *RGA 2004*) da qual 99,6% pertence às explorações agrícolas familiares. Desta área, 90,8% são terras de sequeiro, 7,8% de regadio e 1,3% de regadio e sequeiro.

A produção alimentar em Cabo Verde cobre apenas 10 a 15 % das necessidades alimentares do país. De acordo com *ISVAF 2005*, 20 % das famílias no meio rural sofrem de insegurança alimentar e as principais ilhas agrícolas (Santiago, Santo Antão e Fogo) encontram-se nos grupos mais afectados, devido a dependência da agricultura de sequeiro marcada pela incerteza e a falta de capacidade de diversificação de fontes de rendimentos.

Em 2007 a população residente de Cabo Verde foi estimada em 491.419, sendo 51,6% mulheres e 60% com idade inferior a 25 anos. A capital é a cidade da Praia, com 25 % da população, localizada na ilha de Santiago, ilha onde se concentra mais de metade da população do País. A urbanização aumentou de forma substancial nos últimos anos, passando de 54% em 2000 para 60% em 2007. A taxa de crescimento anual médio natural é 1,93 e a densidade média da população é de 124 hab/Km<sup>2</sup>. O índice de fecundidade é de 2,89 crianças por mulher.

A população agrícola é predominantemente feminina, constituindo 52,3% do total. As explorações agrícolas familiares, mais de metade (50.5%) são chefiadas por mulheres. Mais de metade dos chefes das famílias agrícolas caboverdianas têm idades a partir dos 44 anos.

Cabo Verde é tradicionalmente um país de emigração, verificando-se contudo uma diminuição dos fluxos, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento tradicionais.

Cabo Verde tem tido um crescimento económico anual médio de 5,7% no período 2000-2005, atingindo 10,8% em 2006 e para 2007 as projecções indicam um crescimento de 7%. A economia é dominada pelo sector dos serviços mais de 70% do PIB em 2006, orientada essencialmente para o mercado interno, o sector secundário (indústria e construção) representa cerca de 16,9%, enquanto que o sector primário, fortemente condicionado pela fraqueza dos recursos naturais e pelas aleatoriedades climáticas representa 9,0%. A taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi em média superior a 5,5% por ano entre 2001 e 2006. A taxa media de inflação é da ordem de 2,5%.

A taxa de desemprego em 2007 é de 21,7% contra 24,0% em 2005. De realçar a taxa de desemprego entre as mulheres ser o dobro que os homens, 25,7% e 18% respectivamente e 41,8% dos desempregados são jovens com idade compreendida entre os 15-24 anos (QUIBB 2007,INE).

O nível da pobreza em Cabo Verde diminuiu em cerca de 10 pontos percentuais passando de 36,7% em 2001/02 para 26,6% em 2007, dos quais 33,0% mulheres e 21,3% homens chefe do

agregado familiar (*QUIBB 2007*). Essa diminuição é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural 12 e 7 pontos percentuais respectivamente. Contudo a situação de pobreza em Cabo Verde continua significativa e decorre essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de gerar emprego, rendimentos e bem estar às populações.

Aspecto género, as mulheres representam 51,6% da população do país. Cabo Verde já atingiu a igualdade de género no que se refere ao acesso hoje ao ensino básico, mas ainda há desigualdades subsistentes. Segundo dados do QUIBB, cerca de 34% dos chefes de agregado familiar não sabem ler nem escrever, o analfabetismo tem maior incidência entre os chefes do agregado do sexo feminino (49%) do que entre os do sexo masculino (23%). A integração da abordagem de género em Cabo Verde tem sido um desafio face às percepções sócio-culturais ainda subsistentes na sociedade e que muitas vezes constituem entrave ao desenvolvimento, formulação e implementação de políticas, mesmo tendo um contexto legal favorável, já que a Constituição da República como o Código Penal, a Lei Eleitoral, o Código Laboral e o Código da Família consagram a igualdade de género, tendo sido realizados progressos consideráveis nos últimos anos muito em especial na área da educação.

## **1.2 - Contexto**

A redução da pobreza rural, a melhoria das condições de existência da população e a protecção ambiental estão no centro do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Estas orientações estão contidas nas Grandes Opções do Plano, no Programa do Governo, na Estratégia da Luta Contra a Pobreza, no Plano de Acção Nacional para o Ambiente, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e em tantos outros documentos pertinentes do Governo e nas recomendações das Conferências, Acordos e Tratados internacionais. A fim de cumprir tais orientações o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos adoptou, em 2004, o seu Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura (PEDA). Este é um instrumento de trabalho com uma visão holística e abordagem integradora de importância capital para a execução da política agrícola pública através de programas e projectos.

A melhoria das condições de vida da população passa por garantir um crescimento económico robusto, pela diversificação das actividades geradoras de rendimento e emprego, (em benefício particular dos pobres e grupos vulneráveis nas zonas rurais), da promoção de desenvolvimento equilibrado, participativo e respeitador do ambiente.

A produção de bens alimentares é um domínio prioritário de intervenção do PEDA. As políticas de gestão e de utilização durável dos factores de produção (e.g.: água e terra) que dimanarem do PEDA devem poder defender claramente uma orientação económica financeira forte onde está subjacente o conceito de rentabilidade e devem ser consensuais. As medidas estratégicas adoptadas apontam para intervenções nas zonas agro-ecológicas (ZAE). Seguir, fiscalizar e avaliar os impactos dessas intervenções sobre a capacitação humana e sobre os recursos físicos constituem garantes de uma execução judiciosa do PEDA capaz de positivamente influenciar o combate à pobreza no meio rural e melhorar as condições de vida das populações, assim como garantir a sustentabilidade e utilização duradoira dos recursos naturais.

É com base nessas opções que o Ministério do Ambiente e Agricultura, decidiu para a regionalização do Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola – PEDA, que será implementado através dos Planos de Acção quadrienais, por ilha ou concelho, que servem como instrumentos orientadores para as Delegações e demais estruturas do Ministério, na concretização das políticas e medidas adoptadas, bem como evitar que as estruturas funcionam de forma avulsa e descoordenada na resolução questões pontuais, mas sim intervindo de forma organizada e devidamente orientadas para as finalidades determinadas nos instrumentos de

trabalho aprovados e que propiciam o aproveitamento de sinergias entre os serviços e das capacidades técnicas dos recursos humanos disponíveis.

Este Plano de Acção 2009 a 2012, foi preparado com uma ampla participação dos técnicos da Delegação Regional do MAARM de **Santo Antão??**, sendo esta o seu principal executor, em parceria com outras instituições da sociedade civil, das estruturas municipais descentralizadas e desconcentradas nessa ilha (Associações Comunitárias de Base - ACB, Organização das Associações Comunitárias **de Santo Antão??**, das Câmaras Municipais, da Comissão Regional de Parceiros – CRP, MEES, dos Produtores Agro-pecuários líderes, das Mulheres e outras), baseado na metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado- DTPN”.

A elaboração deste Plano de Acção contou com apoio financeiro e assistência técnica da Agência da FAO em Cabo Verde, na capacitação de técnicos sobre a metodologia aplicada e que se aproveita para agradecer em nome do MADRRM, em representação do Governo, e da população da ilha, na qualidade de principal beneficiária deste importante instrumento de orientação técnica, metodológica e institucional.

## **2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ILHA DE SÃO NICOLAU**

### **2.1 - Caracterização Física**

Localizada a Norte do arquipélago de Cabo Verde, a ilha de São Nicolau faz parte do grupo das ilhas de Barlavento. Está situada entre os paralelos 16° 40, 16° 29 N e os meridianos de 24° 00 e 24° 30W. É a quinta ilha em termos de superfície ocupando uma área de cerca de 343 Km<sup>2</sup>, tendo 45 Km no maior comprimento (sentido *E-W*) e a largura máxima de 25 Km (sentido *N-S*).

O relevo é acidentado sendo o ponto mais da ilha o pico de Monte Gordo com cerca de 1312 metros de altitude. Destacam-se na ilha importantes vales encravados em relevos montanhosos, sendo alguns de difícil acesso, como são os casos de Fragata e Covoadá.

A ilha possui actualmente uma disponibilidade hídrica de 3.818 m<sup>3</sup>/dia, sendo 300m<sup>3</sup> destinados ao consumo doméstico e 3518 m<sup>3</sup> para rega. Esses valores apresentam oscilações consideráveis dependendo do período do ano e das quedas pluviométricas.

O clima de São Nicolau é suave mas não se afastando do clima geral de Cabo Verde, que é essencialmente árido devido à sua exposição a três correntes de ar (os alísios de NE, os ventos de SW e o harmatão).

A pluviosidade é muito variável de ano para ano e, como regra as precipitações tem carácter torrencial e a média anual é 214 mm. As temperaturas são amenas, não ultrapassando as médias mensais máxima os 26-27°C.

### **2.2 - Caracterização Sócio-económica**

Administrativamente a ilha está dividida em dois Municípios: Ribeira Brava com uma superfície total estimada em 221,5 Km<sup>2</sup>, distribuídos por 21 localidades com a sede na Vila Ribeira Brava e o Município do Tarrafal com uma superfície total estimada em 121,5 Km<sup>2</sup>, distribuídos por 9 localidades com a sede na Vila do Tarrafal.

Segundo o INE (*Resumo dos principais indicadores demográficos 2000-2020*), para 2007 a população foi estimada em 13.055 habitantes, sendo 6.486 do sexo masculino e 6.569 do sexo feminino. Representa 2.7% da população cabo-verdiana, revelando assim uma diminuição em relação aos últimos 7 anos quando a população representava 3.1%. A partir de 1970 a ilha e o país seguem caminhos distintos, a queda e a estagnação em São Nicolau revelam-se contrárias ao

aumento da população. Cerca de 57% da população de São Nicolau vive no meio urbano, uma percentagem menos elevada em relação ao país onde a taxa de urbanização atinge 60%. São Nicolau, segundo os resultados do QUIBB 2007, o concelho de R<sup>a</sup> Brava a população pobre representa 18,2% , concelho do Tarrafal 22,7% mais baixa que a média nacional que é de 26,6%.

As actividades económicas estão fortemente ligadas ao sector primário, assumindo maior destaque a agricultura, a pesca e a pecuária. Contudo, em termos de distribuição do emprego o sector terciário ocupa a primeira posição, com cerca de 48%. A taxa de desemprego em 2007 é de 19,0% mais baixa que o país 21,7% . De realçar a taxa de desemprego entre as mulheres ser o dobro que os homens, 27,0% e 13,0% respectivamente e 30,0% dos desempregados são jovens com idade compreendida entre os 15-24 anos (QUIBB 2007).

A emigração desempenha um papel muito importante na economia da ilha, pois uma boa percentagem da população depende da remessa dos emigrantes.

Segundo o recenseamento da agricultura 2004, a ilha dispõe de cerca de 1509 há de terras cultiváveis em 343 Km<sup>2</sup> de superfície, o que significa que as terras aráveis correspondem a cerca de 5% da superfície. Dessas terras cultiváveis 91% são de sequeiro, 5% de regadio e 4% regadio e sequeiro. Além disso, há 18.900 há com potencial para pastagem. Tem 4.734 parcelas que quanto às formas de exploração tem 63% em regime de conta própria, 33% em regime de parceria, 1% arrendamento e 3% outras (comodato, aforamento). Entretanto, o problema geral para a exploração dessas terras é a falta de água.

São Nicolau tem um potencial considerável para desenvolver a pesca como profissão, indústria e produto para exportação. Estimativas apontam para um potencial de recursos haliêuticos à volta de 4.380-4.580 ton. A pesca do atum é o segmento mais desenvolvido sendo também utilizado para conservas destinadas à exportação, através da empresa SUCLA, localizada em Tarrafal com uma capacidade de 750 ton/ano, e emprega cerca de 150-160 trabalhadores dependendo da época da pesca. Cerca de 90% dos pescadores a tempo inteiro comercializam o produto através de membros da sua família, sobretudo das mulheres. A maior parte da produção comercializada é peixe fresco e quantidades mais pequenas são salgadas e/ou secas.

A ilha em si, apresenta grandes potencialidades para o turismo. A “montanha”, a “natureza”, o “eco turismo”, o “turismo cultural” e o “sol e praia”, poderão ser os produtos a desenvolver em São Nicolau dadas as potencialidades existentes e constituem vantagens comparativas que poderão ser potenciadas e transformadas em pacotes complementares e alternativos aos produtos oferecidos pelas ilhas do Sal, Boavista e Maio sustentados no binómio sol mar.

### **2.3 - Pertinencia do Plano Estrategico de Desenvolvimento Agrícola Nacional para a Ilha**

No quadro da estratégia de intervenção governamental, se prevê a promoção de uma política global e integrada de desenvolvimento sócio-económico, de modo a permitir a luta contra a pobreza; garantir a segurança alimentar e reforçar a coesão e solidariedade social das comunidades rurais, assentes na mobilização de parcerias e na diversificação das modalidades operacionais que permitem a cada um assumir o seu papel no processo de desenvolvimento responsável e descentralizado, objectivando o seguinte:

**Um desenvolvimento rural durável, baseado na valorização integrada e participativa dos recursos naturais específicos das ZAE/ZEE (água, solo, bióticos e haliêuticos) e no reforço do capital humano e sócio-económico local, para optimização das suas**



**capacidades produtivas (agrícolas, haliéuticas e outras), visando o melhoramento das condições de existência durável das populações rurais.**

A promoção de uma abordagem integrada de desenvolvimento das comunidades rurais, por uma intervenção intersectorial e transversal, que visa o melhoramento das condições de existência das populações rurais, na base de um consenso social sobre a utilização durável dos recursos naturais e sócio-económicos disponíveis e a restauração das actividades de produção vegetais, animais, haliéuticos e outras. Essas orientações se traduzem em termos operacionais pelas combinações adaptadas de: i) gestão participativa e durável dos recursos naturais disponíveis; ii) participação e a responsabilização das populações a todos os níveis de desenvolvimento rural local; iii) desenvolvimento integrado das actividades agrícolas adaptadas as condições ecológicas das ZAE, nomeadamente para as abordagens agro-florestais e silvo-pastoris; iv) exploração integrada dos recursos disponíveis nas ZEE do país, respeitando a qualidade ambiental, equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade; v) reforço do capital humano e social; vi) Melhorar a equidade socio-económica; vii) valorização económica durável dos recursos e das produções, otimizando o seu valor acrescentado, a diversificação de rendimentos rurais para o desenvolvimento das actividades “hors-sol”, o artesanato, os serviços, o turismo rural, etc; viii) redefinição dos papéis e funções dos diferentes parceiros do desenvolvimento rural (públicos, privados e associativos); ix) aplicação de uma política de acesso aos recursos fundiários e sócio-económicos, para o melhoramento das condições de existência das populações rurais.

A ilha de São Nicolau como parte integrante do território nacional e considerada como a terceira ilha agrícola do país, não podia e nem pode ficar a margem desse quadro de desenvolvimento económico, social e ambiental, que se quer imprimir no sector agrícola, daí a razão de identificação e a previsão para a implementação de importantes programas e projectos para o quadriénio 2009 a 2012, orientados para o cumprimento das finalidades e os objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola – PEDDA, através de um Plano de Acção quadrienal consensualmente aprovado e que serve de instrumento de orientação e avaliação para a Delegação Regional do MAARM.

Na concretização dessas orientações é que se prepara o Plano de Acção para o Desenvolvimento Agrícola Integrado de São Nicolau – PADA - SN, no sentido de ser adoptado como o instrumento de trabalho a ser implementado, seguido e avaliado periodicamente.

### **3 - METODOLOGIA**

#### **3.1 - Definição da metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado – DTPN”**

O DTPN é uma estratégia de desenvolvimento territorial a partir de uma visão sistémica, ascendente e negociada. Baseada no dialogo e participação, o DTPN busca estimular mudanças para que as populações rurais tenham acesso aos recursos e meios adequados, com o objectivo de melhorar sua qualidade de vida. A estratégia estimula o fortalecimento dos actores locais para que possam usar os recursos disponíveis no desenvolvimento dos seus projectos.

*É preciso entender, que o conceito de territorio faz referência a : um espaço geográfico sobre o qual diferentes actores realizam uma construção social.* Estes actores operam sob suas próprias lógicas que correspondem com seus interesses particulares, seus valores culturais, suas condições sociais, económicas, políticos e tecnológicas. Com todos estes elementos transformam progressivamente o ambiente e seu modo de vida. Assim, um territorio é em síntese um espaço de apropriação colectiva baseada nas representações sociais e capacidades materiais de uma população.

Os grupos sociais e indivíduos que integram um território, por mais diversos que sejam possuem, laços de proximidade, de reciprocidade, etc., que podem dar sustentação a um sentimento colectivo de pertença.

Com esta metodologia, procura-se contrapor a elaboração de diagnósticos que não contemplam a realidade dos actores e portanto as políticas ou programas adoptados não conseguem solucionar as necessidades reais da população alvo.

Esta metodologia contou como trabalho fundamental dos facilitadores (consultores e técnicos do MADRRM). Seu papel principal foi actuar como parte neutra entre os actores, conduzindo as análises de forma interactiva e iterativa, estimulando o dialogo e a negociação efectiva entre os actores, a partir de uma intervenção que partiu de uma análise rigorosa dos problemas identificados pelos diferentes actores participantes do processo.

### **3.2 - Etapas da metodologia**

A metodologia inclui seis etapas.

#### **3.2.1 - Etapa 1: Recolha de informação secundaria disponível.**

O conhecimento do território e da sua população nas diferentes dimensões, económicas, sociais, culturais, políticas, territoriais e institucionais constitui um factor fundamental dos facilitadores na compreensão do processo.

#### **3.2.2 - Etapa 2: Constituída por duas componentes.**

Uma faz referencia à identificação das zonas para realizar o diagnostico e a outra a identificação de actores prioritários intervenientes no processo.

##### **a) Identificação das zonas para o diagnostico.**

Tendo em conta que se trata de um diagnostico participativo e negociado num território amplo, foi necessário estabelecer espaços territoriais que serviram como amostra. Neste sentido, a equipa do MADRRM, constituída pelo Delegado e técnicos, mediante a aplicação de critérios que abaixo são referidos, definiram as zonas objecto do estudo, não significando com isso que sejam zonas obrigatórias de implementação dos programas e projectos.

Os criterios tomados em conta foram:

- Sistemas agrários representativos de cada zona agroecológica da ilha.
- Zonas com potencialidades especificas para o desenvolvimento de projectos (agrícolas; de transformação e comercialização, turismo e outras actividades geradoras de rendimentos).
- Zonas com limites territoriais representativos na ilha.

##### **b) Identificação de actores sociais prioritários.**

A equipa acima mencionado identificou e estabeleceu os diversos actores com os quais se realizaram as entrevistas para o diagnostico.

- Actores produtores representativos dos sistemas agrários nas zonas seleccionadas.
- Actores que de alguma forma se relacionam com os produtores.
- Actores da área governamental (Presidente e equipa técnica das Câmaras Municipais, instituições desconcentrados).
- Actores do sector privado empresarial

- Actores dos actuais parceiros e/ou possíveis para uma acção territorial.

As entrevistas foram realizadas em grupos e individual, mediante a aplicação de guiões concebidas especificamente para cada tipo de actor.

### **3.2.3 - Etapa 3: Entender a evolução histórica do território e as dinâmicas agrárias.**

As informações provenientes de fontes secundárias acrescidas com as entrevistas de informantes chave, identificados em função do conhecimento da zona e a evolução da mesma, contribuiu para que os facilitadores tivessem um maior conhecimento tanto histórico, cultural, como o das dinâmicas agrárias.

### **3.2.4 - Etapa 4: Entender quem são os actores relacionados com o território objecto do estudo.**

Foi preciso entender a lógica de actuação destes actores, seus interesses, assim como as relações existentes com os actores presentes no território e destes com o território, para conseguir sua caracterização.

### **3.2.5 - Etapa 5: Entender quem são os produtores primários.**

À semelhança com todos os actores anteriormente referidos foi preciso entender sua lógica de actuação, seus interesses e as relações existentes entre eles e com os actores directos ou indirectos do território, para o procedimento da sua caracterização.

### **3.2.6 - Etapa 6: Encontro de negociação com os principais actores representativos da ilha.**

Realizaram-se encontros de negociação, onde se apresentaram os resultados dos diagnósticos participativos, para que os actores participantes concertassem e negociassem, definindo os problemas prioritários e estruturantes, estabelecendo as oportunidades existentes e as soluções possíveis para resolve-los, para o qual se realizaram as seguintes actividades:

- Visualização conjunta da problemática da ilha,
- Análise e priorização de cada um dos factores que perturba o desenvolvimento rural na Ilha.
- Construção colectiva de uma visão preliminar da ilha.
- Fomento de uma consciência colectiva para estabelecer os níveis de compromissos e responsabilidades.

## **3.3 - Análise da informação, caracterização das zonas e dos actores.**

Para cada uma das etapas fez-se uma análise da informação obtida através das entrevistas com os diferentes actores.

Com a informação fez-se uma análise descritivo da situação actual da zona, em relação à dinâmica das actividades produtivas e a inter-relação entre os diferentes actores, e destes no contexto, local, regional e nacional.

O passo seguinte à análise da informação, foi o de priorização das necessidades que se identificaram de maneira participativa, de acordo com as variáveis que estão incidindo (influência positiva ou negativa) nos problemas objecto de análise. Uma vez priorizado os problemas, identificou-se as relações causa – efeito e se elaborou a árvore de problemas identificando algumas alternativas de solução.

De outra parte, formulou-se a matriz FOFA da ilha, para identificar as forças e fraquezas, as ameaças e oportunidades; com o objectivo de visualizar estratégias de solução aos problemas, mitigando as fraquezas e as ameaças, com as forças e as oportunidades, estabelecendo os respectivos cruzamentos entre estas.

### **3.4 – Formulação do Plano de Acção de Desenvolvimento Agrícola de São Nicolau**

O diagnóstico territorial participativo e negociado constitui o suporte da formulação do plano de acção. Recolhe as políticas e as estratégias expressas numa perspectiva territorial, nos quais constituem a base da sua instrumentalização.

O plano deve conter os seguintes componentes: A visão, onde se descreve as situações que se pretendem atingir com a sua implementação. O quadro lógico do PADA- SN, com o desenvolvimento das seguintes variáveis, lógica de intervenção, indicadores de verificação, fontes de verificação e pressupostos. Definir-se-á os eixos prioritários de apoio ao PADA-SN, os indicadores das metas. Uma componente importante do plano é constituída pelos programas e projectos prioritários, com as respectivas medidas de acompanhamento e estimativas das necessidades financeiras.

### **3.5 - Instancias de concertação, socialização, discussão pública e divulgação.**

A realização dos “ateliers” regionais servirão para a concertação, socialização e discussão do plano com os diferentes actores públicos e privados, tendo em consideração suas representatividades, para escutar seus comentários, observações y recomendações realizando-se os respectivos ajustes ao documento.

Com a realização do “atelier” nacional, obtém-se a socialização dos planos e sua institucionalização, com a interacção, inter-relação e complementaridade, a nível nacional e regional para sua execução.

### **3.6 - Mecanismos de seguimento e avaliação**

Inclui-se um exercício de seguimento e avaliação, apresentando indicadores de gestão para medir a evolução das metas e os compromissos referidos no plano. Isto, permite a identificação dos resultados alcançados e a definição das estratégias as mais correctas, visualizando as boas práticas de gestão, assim como as falhas, tirando lições e actuar de forma mais eficiente na execução do plano, com os respectivos ajustes quando necessário.

## **4 - RESULTADOS DO DTPN**

### **4.1 - CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS AGRO-ECOLÓGICAS**

Os condicionais, como o acidentado do relevo, as altitudes elevadas e a exposição das vertentes aos ventos de NE, que directamente influenciam o clima estão bem expressos na ilha. Daí, ressaltar uma sucessão de zonas climáticas desde o muito árido até ao húmido, que se reflectem através dos tipos de comunidades vegetais, bem como a utilização de solos para actividades agropecuárias.

Podem ser identificadas em São Nicolau cinco zonas climáticas:

- **Zona muito árida** distribui-se ao longo da plataforma baixa litorânea, em altitudes que chegam aos 200/250 metros, e com orientações Este, Sul e Oeste. É caracterizado por

extrema secura, solos incipientes com bastante material pedregoso distribuído à superfície. Não obstante a sua grande extensão e apresentar-se quase inteiramente despida de vegetação são áreas a consagrar ao pastoreio em época apropriada, ou seja, de maior abundância de pastagem e que podem ser aumentadas através da disseminação de ervagens;

- **Zona árida** da plataforma baixa litorânea e com orientações Norte e Nordeste a qual, se desenvolve em altitudes não superiores a 200/250 metros, e a do relevo intermediário do acidentado dorsal Este-Oeste que se desenvolve em altitudes superiores a 100 metros. É a zona que maior área da ilha ocupa, fazendo transição da muito árida para a semiárida, possuem solos incipientes e meio seco. São áreas dedicadas ao pastoreio extensivo de caprinos através de sistemas de silvopastoril, compartimentando-se as áreas de florestação e pastorícia consoante os condicionamentos locais;
- **Zona semi-árida** da plataforma baixa litorânea e que se desenvolve em altitudes superiores a 250 metros e a dos relevos culminantes e escarpas orientadas a Norte - Nordeste ( Monte Gordo 440/550-600/1200 metros) do acidentado dorsal Este-Oeste; no “corpo principal” da ilha, ela faz a transição da zona árida para a sub-húmida, envolvendo esta última. São áreas de declives acentuados e riscos de erosão elavados. Tem utilização agrícola com base em culturas alimentares de sequeiro (feijão congo, milho/feijões, batata-doce) nos locais apropriados e com medidas de intervenção tendentes a contrariar a acção erosiva e florestação em encostas declivosas.
- **Zona sub-húmida** constitui uma grande mancha exposta a Nordeste, a qual se desenvolve em altitudes de 200/300-600/700 metros, descendo das proximidades do ponto mais alto da ilha, o Monte Gordo, até ao mar, nas áreas da R<sup>a</sup> Prata e R<sup>a</sup> Funda, incluindo a bacia da ribeira da Agua da Patas. É neste estrato climático que se faz quase toda a agricultura da ilha. A área das Fajãs detém a mais elevada percentagem de ocupação agrícola. As culturas praticadas são as habituais (milho/feijões, bata doce, feijão congo, hortícolas e fruteiras)
- **Zona húmida** dos relevos culminantes da fachada montanhosa de Nordeste, entre as altitudes de 600/700 e 1100/1200 metros e culmina a grande concha que é o vale da Fajã de Baixo, onde recai intensa actividade agrícola na base de sequeiro, além do perímetro de rega que se constituiu em anos recentes.
- **As áreas de exploração de regadio** são confinadas às baixas aluviais de alguns cursos de agua que correm para a costa N-NE, destacando-se as ribeiras Grande, Amargosa, Prata, e algumas outras a envolver a utilização das encostas através da armação da terra em socalcos, contribuindo, deste modo a melhorar as condições de produtividade do solo, ao aumentar a capacidade de armazenamento para a água..

## 4.2 -Descrição das Zonas Geográficas Representativas

Aplicando os critérios da extensão territorial da zona, da densidade da população, da potencialidade agrícola e outros, foram seleccionadas algumas zonas tidas como representativas no contexto local e da ilha. Foi então nessas zonas onde se procedeu às entrevistas de conjunto de actores que fizeram o diagnóstico da situação actual, indicando a dimensão dos problemas e suas possíveis causas e bem assim as expectativas.

### 4.2.1 - BACIA HIDROGRAFICA DA RIBEIRA PRATA

A Bacia Hidrográfica da R<sup>a</sup> Prata situa-se no município do Tarrafal a norte da ilha de S. Nicolau, à Oeste de Fajã e se estende do maciço de Monte Gordo, a norte de R<sup>a</sup> dos Calhaus até a orla marítima. Cobre uma área aproximada de 6,3 Km<sup>2</sup> , compreende duas sub-bacias hidrográficas a Ribeira de Fundo Cabouco (1,20 Km<sup>2</sup> ) e Ribeira de Fragata (0,79 Km<sup>2</sup> ).

A população total da bacia hidrográfica é de 427 habitantes distribuídas por 107 famílias que se dedicam fundamentalmente às actividades agrícolas. Quanto às formas de exploração tem 62 % em regime de conta própria, 38% são exploradas de forma indirecta (parceria, arrendamento)

As actividades agrícolas tanto de sequeiro como as de regadio são efectuadas em toda a extensão da bacia. A superfície de culturas de regadio representa 3,5% da superfície total da bacia hidrográfica é praticada em muitas localidades sobretudo as mais a jusante e nas encostas é garantido por vários pontos de água, alimentados por pequenas nascentes, dique de captação e pela água proveniente de um furo. A cana de açúcar constitui a principal produção podendo-se no entanto acrescentar o cultivo da mandioca, batata doce, inhame, banana e ultimamente a emergência de culturas hortícolas.

A agricultura de sequeiro ocupa 13% da superfície da bacia constituído por milho e feijões variando a produção em função das quedas pluviométricas.

Na opinião dos actores na zona tem um potencial hídrico que deve ser aproveitado, mas verifica-se a falta de infra-estruturas de captação tanto das águas subterrâneas como da escorrência superficial. Devido ao relevo muito acidentado, na época das chuvas mesmo nos maus anos há grande quantidade de água de escoamento superficial que se perde para o mar.

A fim de melhor aproveitar a água para rega e aumentar a produção nos regadios é necessário fazer a introdução do sistema de rega gota-a-gota, melhoramentos das infraestruturas de armazenamento e distribuição de água de rega e apostar na formação dos agricultores e introduzir culturas melhoradas.

A Ribeira de Fragata, de clima húmido, encravada, tem condições naturais para prática de agricultura de regadio e de sequeiro. em particular, é propícia à produção de fruteira como a mangueira, goiabeiras, citrinos, papaeiras, entre outras. A pecuária é praticada por todas as famílias na bacia num sistema de pastoreio livre com graves consequências ambientais e conflitos entre os criadores e agricultores.

A Bacia Hidrográfica da Ribeira Prata já foi objecto de um estudo de bacias hidrográficas elaborado pelo MADRRM, que quando implementado vai contribuir para o desenvolvimento do vale.

#### **4.2.2 - BACIA HIDROGRAFICA DE FAJÃ**

A Bacia Hidrográfica de Fajã situa-se no Concelho de R<sup>a</sup> Brava é uma das bacias mais importantes da ilha de São Nicolau, e se estende do maciço de Monte Gordo até a orla marítima cobrindo uma área de 13,8 Km<sup>2</sup>. Tem uma população de 2.554 habitantes e uma densidade populacional 96 hab/ Km<sup>2</sup>, que se dedicam fundamentalmente às actividades agrícolas. Tem 1.295 parcelas que quanto às formas de exploração tem 56% em regime de conta própria, 39% em regime de parceria, 1% arrendamento e 4% outras.

A bacia pertence a uma zona agro-ecológica húmida caracterizada pela presença de florestas na zona de Monte Gordo e de uma flora endémica que se desenvolve nesta região.

A zona agro-ecológica sub-húmida desde a montante até Fajã de Baixo nos terrenos com declive moderado, onde se pratica a cultura de sequeiro em regime tradicional, tendo como principais culturas o feijão congo, o milho, as frutas (goiabeiras, mangueiras) e tubérculos (batata doce). A zona semi árido à jusante onde existe o perímetro irrigado de chã de Barata alimentado pela galeria de Fajã, com uma área de 37 há, sendo 20 há com sistemas gata a gota. A agricultura é o sector produtivo que poderá vir a ocupar uma posição de vanguarda no desenvolvimento da zona pelas seguintes razões: (i) Potencialidade natural da zona a nível de clima e pedológica;

(ii)Disponibilidade de agua; (iii) Zona electrificada que permite conservar e transformar os produtos e modernizar a rega;(iv)Tem acesso fácil aos dois centro urbanos da ilha.

Segundo os actores para desenvolver e otimizar essas potencialidades deve-se perspectivar: a) a promoção de actividades geradoras de rendimento no domínio de transformação agro alimentar e artesanato; b) a modernização progressiva da agricultura principalmente de regadio e da pecuária; c) a utilização de equipamentos economizadores de água no perímetro irrigado; d) a conservação e transformação de produtos agro pecuário a nível caseiro e/ou semi industriais; e) a formação profissional junto das mulheres e jovens.

#### **4.2.3 - CARRIÇAL**

Zona piscatória que dista 42 Km da Vila Ribeira Brava. A ligação entre a Vila Ribeira Brava e Juncalinho é de fácil acesso. Porém o mesmo não se pode dizer à parte que liga Juncalinho ao povoado de Carriçal, que normalmente fica intransitável no período das chuvas.

A zona de Carriçal possui grandes potencialidades para o desenvolvimento do sector das pescas, pois apresenta condições naturais e sociais favoráveis, atendendo ao número de famílias que dele depende. Tem uma população de 202 habitantes e por ser uma zona piscatória por excelência, todas as actividades produtivas da população está ligada à pesca

A frota pesqueira é constituída por 8 botes motor fora de borda e um barco de 3 ton adquirida pela Associação Comunitária de Desenvolvimento de Carriçal.

Carriçal também tem potencialidades agrícolas, pois possui um vale verdejante necessitando de construção de infraestruturas de correcção torrencial e do melhoramento da captação e distribuição de água. A agricultura é praticada em 38 parcelas sendo 33 em regime de sequeiro, 4 de regadio e 1 regadio e sequeiro. As principais culturas são o milho e feijão no sequeiro e no regadio cana de açúcar, tubérculos (mandioca, batata doce,) e hortícolas.

Situada na zona árida tem potencialidades para o desenvolvimento de sistema de produção silvopastoril por conseguinte a pecuária é um sector a desenvolver na localidade.

### **4.3 - CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ACTORES**

#### **4.3.1 – Produtores Primários**

Esse grupo de actores é essencialmente constituído pelos agricultores proprietário que cultivam as suas parcelas, pelos pequenos agricultores que tendo um fraco acesso aos meios produção recorre a formas indirectas de exploração, criadores de gado e pescadores.

##### **4.3.1.1 - Agricultores Proprietários de conta própria**

A maior parte dos actores entrevistados nesta “classe” rural são, predominantemente proprietários agrícolas detentores de regadio e sequeiro e detém maior número de gado, adquiridos ao longo dos tempos, alguns frutos de heranças familiares e outros adquiridos por compra directa. Possuem maior capacidade e autonomia para realizar investimentos nas suas propriedades, facilitando um melhor grau de introdução e melhoramento das tecnologias agrícolas O sistema de exploração agrícola é sobretudo do tipo familiar utilizando mão-de-obra familiar e assalariado sazonal.

Para a prática das suas actividades agrícolas, utilizam alguns factores de produção (ferramentas agrícolas, adubos, estrume, etc.) associados à criação extensiva de animais, nomeadamente caprinos e bovinos em menor escala. Outrossim, sendo a cultura da cana sacarina uma

importante fonte de rendimento, a transformação agro-industrial desta cultura têm-se mostrado cada vez mais modernizado com a aquisição de maquinaria moderna. A produção destina-se para o mercado em maior escala e para o auto-consumo. No entanto, o cultivo de hortícolas, tubérculos, fruteiras, (mandioca, batata-doce) constitui também outra boa fonte de receita, pese embora a fraca quantidade de água disponível para a rega.

#### **4.3.1.2 – Pequenos Agricultores Rendeiros/Parceiros (meeiros)**

Constata-se a existência de um número considerável de parceiros (33% das parcelas) que trabalham a terra dos proprietários mas que não dispõem de poder algum para decidirem como explorar as referidas parcelas. Cultivam em regra geral os produtos para o auto consumo e muito pouco para o mercado local da zona. Na sua maioria são eles os beneficiários dos postos de emprego público que são criados pelo Governo e Câmaras Municipais.

#### **Relações entre estes dois grupos de actores**

De acordo com os nossos entrevistados, não obstante as diferentes posições de “patrão” e “empregado”, existem boas relações entre os mesmos pois elas se assentam na base do respeito mútuo de produção e produtividade agrícolas. Quanto aos parceiros (50% de rendimento para cada parte) mantém na sua maioria fortes relações de dependência com os proprietários dos meios de produção enquanto os rendeiros as relações assentam nos contratos estabelecidos anualmente o que lhes dão uma certa autonomia para explorar as parcelas.

#### **Lógica e estratégias dos actores**

##### **Proprietários agrícolas**

Em termos de estratégia explora os melhores terrenos, cedendo em regime de parceria ou arrendamento, os terrenos de menor produtividade, para serem explorados por terceiros. De acordo com esta “classe”, a agricultura necessita de ser valorizada da melhor forma possível. Nesta ordem de ideias, são de opinião que essa valorização deverá passar por uma melhor intervenção do MADRRM em áreas estruturantes tais como exploração dos recursos hídricos subterrâneos, conservação de solos e água e fomento da pecuária familiar.

**Paralelamente há que se criar mecanismos adequados para o surgimento de circuitos de comercialização de produtos agrícolas inter ilhas do arquipélago.** Tem maior capacidade de exercer influência junto dos poderes instituídos e atrair maiores benefícios dos investimentos feitos pelo poder público.

##### **Rendeiros/Parceiros**

Não sendo normalmente dono dos meios de produção que utiliza e não tendo significativo poder de decisão sobre os mesmos, regista-se um certo desinteresse na modernização da agricultura e consequente aumento da produtividade. Desprovidos de capital financeiro e de capital social (conhecimentos tecnológicos modernos) e com um poder de influência muito reduzido, esperam que seja o Estado aquele que terá de vir em seu auxílio, designadamente distribuindo alguns meios de produção como terras a ele pertencentes ou adquiridas por compra. Para isso sugere que se torna necessário que o governo crie as condições necessárias e objectivas, visando a concessão de lotes de terrenos para a prática da agricultura para a sua classe. Por outro lado, não dispondo de parcelas agrícolas, não podem contribuir para o aumento da riqueza regional e nacional pelo que, consequentemente, continuarão a aumentar o leque da pobreza no país.

#### **4.3.2 - Criadores de gado**



Os criadores, são também na sua maioria agricultores, dedicam à criação essencialmente de caprinos/ovinos e suínos em regime extensivo, utilizando raças locais com elevada rusticidade e fraca produtividade. Normalmente os animais pastoreiam de forma livre e descontrolada provocando a degradação do solo, da cobertura vegetal e degeneração genética. Existe situação de conflituosidade com os agricultores por invasão das áreas cultivadas e florestais devido a prática do pastoreio livre.

É opinião generalizada dos actores que a pecuária é um sector importante para a ilha. Contudo a forma como é feita a condução dos rebanhos torna-se difícil a sua valorização. Não existe uma produção sistemática de carne e de leite e por conseguinte dos seus derivados. O controlo dos rebanhos é feita de tempos em tempos através de uma pratica tradicional “Brada” onde os criadores recolhem os animais para marcação/controlo e ordenha mas o leite não é aproveitado.

Estes criadores demonstram interessados numa maior produção de pasto, introdução de espécies de maior qualidade nutritiva, melhoramento de raças, contudo, manifestam uma forte resistência na utilização de estruturas de confinamento de gado.

#### **4.3.3 - Pescadores**

Os pescadores artesanais constituem um grupo actores que se dedicam à exploração dos recursos haliêuticos na zona costeira da ilha. Operam com pequenas embarcações de 5 a 6 metros, atingindo apenas as pescarias localizadas em sítios relativamente próximos da zona costeira, sobre explorando os stocks de pescado existentes nestas zonas. As capturas destinam-se ao abastecimento do mercado e ao consumo familiar. A maioria deles não são detentores de embarcações (botes) pelo que mantém fortes relações de dependência com os proprietários desses meios de produção, que geralmente são os pequenos comerciantes e proprietários de terras agrícolas.

A comercialização do pescado é feita através de membros da sua família, sobretudo das mulheres. A maior parte da produção comercializada é peixe fresco e quantidades mais pequenas são salgadas e/ou secadas.

Esta classe anseia adquirir embarcações de maior alcance que facilitam uma melhor exploração do potencial pesqueiro existente, podendo ver assim as suas capturas e rendimentos aumentados.

#### **4.4 - Associações Comunitárias**

Em São Nicolau existem 23 Associações Comunitárias de Desenvolvimento, que integram 617 associados, sendo 390 homens e 227 mulheres. Ainda, tem uma Associação de Segundo Grau, denominada de Organização das Associações Comunitárias de São Nicolau – ORAC-SN, em que estão filiadas cerca de 12 ADC.

São organizações legalmente constituídas e que têm como objectivo fundamental a promoção e desenvolvimento das comunidades, actuando em vários sectores de actividades económicas, sociais e culturais, que vão desde a sensibilização e capacitação dos seus membros e da comunidade, a construção de infra-estruturas socio-comunitárias, as obras hidráulicas de captação e distribuição de água, diques de correcção torrencial, banquetas, caldeiras, produção e fixação de plantas florestais e frutícolas, bem como equipamentos sociais, construção e limpeza das vias de acesso.

Elas vêm participando na implementação de projectos em parceria com outros actores institucionais nomeadamente a Delegação do MADRRM, as Câmaras Municipais, as ONGs, entre outros.

Actualmente, a questão essencial é a fraca participação dos associados no funcionamento das organizações associativas, que têm a ver com o estágio embrionário e experiência de intervenção das mesmas nas comunidades, no funcionamento das suas estruturas, na circulação de informações. A presença das mulheres integradas nas associações e a sua representação nos órgãos de decisão é muito fraca, situação que deve ser alterada, atendendo ao papel que desempenham na família, na vida económica e social da comunidade.

As associações vêm procurando diversificar as suas parcerias, para assim poderem alargar os seus domínios de intervenção e melhor cumprir os objectivos fixados no quadro dos seus estatutos. Demonstram-se abertas ao conhecimento, troca de experiência e de um modo geral reconhecem a pertinência da necessidade de reforço gradual das suas capacidades.

#### **4.5 - Confissões Religiosas**

São instituições de particular interesse tendo em conta a sua manifesta preocupação com o bem-estar da pessoa humana em todas as suas dimensões. A sua participação na melhoria da condição humana vem sendo expressa através da implementação de actividades de cariz social e caritativo. Para além disso é inquestionável o seu contributo para o respeito e a manutenção dos valores aliados à solidariedade humana e equidade social.

Os representantes das confissões religiosas enfatizam a necessidade de um melhor aproveitamento e gestão dos recursos naturais particularmente solo e água para a promoção do desenvolvimento agrícola e melhoria das condições de vida das populações rurais, para além disto detêm a convicção de que é necessário uma intervenção das instituições capaz de garantir o equilíbrio global dos ecossistemas e uma melhor partilha dos benefícios sociais daí advenientes.

#### **4.6 - Câmaras Municipais**

São serviços descentralizados do Estado com atribuições específicas no domínio do desenvolvimento local e sendo assim com implicação directa na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento rural e comunitário. Para além de outras competências, está sob a sua responsabilidade a elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM) que devem conciliar diferentes interesses (nacionais/locais, privado/publico) nos domínios da definição dos espaços e regras de urbanização, dos espaços verdes e agrícolas, espaços industriais etc.

Não obstante ter sido transferidas tarefas e responsabilidades aos Municípios, na medida em que estes se encontram melhor posicionados para resolver os problemas das comunidades, até o momento actual não foram criadas as condições para que os mesmos assumam plenamente estas responsabilidades. Verifica-se ainda uma deficiência na coordenação de planeamento entre os Municípios e os serviços desconcentrados, limitando assim a sua actuação na resolução dos problemas imediatos e correntes. Por outro lado, a carência em termos de quadros qualificados, a inexistência de mecanismos que possibilitem o fluxo de informação e a não participação das comunidades na tomada das decisões sobre questões relevantes para a ilha, constituem um factor bloqueador para a eficácia de planeamento, coordenação e mobilização de recursos públicos e privados.

Contudo, as Câmaras Municipais têm vindo particularmente através da cooperação descentralizada, a financiar projectos geradores de rendimento que para além de criar alguns empregos contribuem em função da sua natureza para o desenvolvimento agrícola.

Aspiram uma melhor contribuição no futuro no domínio da promoção do sector agrícola, evidenciando para tal a necessidade de uma melhor articulação com outras instituições sedeadas no território, com enfoque para a Delegação do MADRRM, através da criação de um Gabinete Técnico Intermunicipal, proporcionando assim as condições para o reforço das parcerias e alargamento dos domínios de intervenção.

#### **4.7 - Serviços Desconcentrados do Estado**

Alguns Serviços Desconcentrados do Estado, nomeadamente a Saúde e a Educação têm implicação no desenvolvimento rural e agrícola na medida em que uma população com níveis de saúde e educação mais elevados está mais habilitada a participar no processo de desenvolvimento rural e agrícola.

As intervenções no domínio da saúde têm sido orientadas sobretudo para a criação das condições básicas, como sejam, as infra-estruturas e serviços mínimos, muitas vezes de deficiente qualidade. Em matéria de educação registam-se ganhos consideráveis, prevalecendo, no entanto, alguns constrangimentos, focalizando a existência ainda de algumas franjas da população com um nível de escolaridade relativamente baixo e a insuficiência de alternativas de formação profissional.

#### **4.8 - Delegação do MADRRM**

É um serviço desconcentrado do MADRRM com atribuições específicas e intervenção directa na implementação das políticas de desenvolvimento rural e agrícola através da identificação das necessidades, participação na concepção, elaboração e execução de programas e projectos. Sendo assim, vêm trabalhando directamente com os actores primários, as associações comunitárias e outros actores com implicação no desenvolvimento agrícola. Contudo, tem-se verificado um enfraquecimento institucional dessa delegação e os diferentes actores interessados reclamam uma maior presença desse ministério, principalmente na componente extensão rural e combate às pragas e doenças.

Em função dos recursos disponíveis prestam apoio técnico e institucional aos agricultores, criadores e associações comunitárias visando assegurar a sua promoção e participação no processo de desenvolvimento da ilha. Prevêem o reforço gradual das suas capacidades para poderem aumentar cada vez mais os seus níveis de desempenho e poderem prestar o apoio necessário aos agricultores e pescadores das suas áreas de intervenção.

#### **4.9 - Organismos Não Governamentais (ONGs)**

Os organismos não governamentais são instituições que intervêm na promoção ao desenvolvimento rural e agrícola das comunidades, apoiando na concepção, elaboração e financiamento dos projectos. Contribuem para o fomento das actividades agrícolas, geradoras de rendimento através da criação gestão das linhas de crédito e acções de auto promoção das mulheres.

Promovem também acções de formação a nível das associações do desenvolvimento comunitário e apoiam na constituição, organização e legalização das associações.

Este grupo de actores precisa de um melhor apoio institucional para poderem assumir um papel mais forte na promoção do desenvolvimento comunitário. Para além disso o reforço da sua articulação com outras instituições com intervenção no território é indispensável.

#### 4.10 - Sector privado

O sector privado é um sector que actua particularmente a montante e a jusante do sector agrícola, assumindo um papel fundamental no abastecimento e disponibilização dos factores de produção, na comercialização, transporte, distribuição bem como na transformação agro-alimentar. Entretanto, participação do sector privado no domínio da produção agrícola e animal e na transformação agro-alimentar é de baixa expressão. O sector privado é fraco em São Nicolau, reunindo um pequeno número de empresas no sector comércio, hotelaria, transportes. Os produtores no sector agrícola têm poucas oportunidades de vender os seus produtos no mercado local e nacional. Esta falta de iniciativa no sector comercial reflecte-se nos modos de produção que continuam concentrados nos artigos tradicionais, sem se aventurarem em novas áreas. Os representantes do sector privado sublinham, além da dificuldade na obtenção de crédito, uma taxa de juros elevada não encoraja o investimento no sector.

As prioridades em termos de estratégias de actuação das empresas comercializadoras de factores de produção orientam-se para a diversificação dos produtos, a adequação sistemática às condições e exigências do mercado, venda a preços competitivos, assegurar a qualidade dos produtos e aumentar o seu volume dos investimentos.

#### 4.11 - Problemas identificados, causas, efeitos, níveis, actores implicados

Como resultado do diagnóstico pesquisa assente na abordagem do Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado (DTPN) levada a cabo junto dos diferentes actores consultados a nível das zonas representativas da ilha, **a baixa produção e a produtividade agro-pecuária e da pesca figura como o problema maior da ilha de São Nicolau** em torno do qual giram um conjunto de outros problemas, os quais constituem causas e efeitos ligados a este problema.

A baixa produção e produtividade agro-pecuária e da pesca tem como causas fundamentais a seca persistente, o facto do potencial agro-pecuário e haliêutica terem sido até então pouco explorados e ainda devido à fraca valorização dos produtos agro-pecuários.

Sem descurar os efeitos nefastos da seca sobre a produção agrícola e alimentar, a seca é um fenómeno natural de difícil gestão e controlo.

As principais causas da baixa produção agro-pecuária são essencialmente:

##### **Dificuldades de acesso sistemático a factores de produção,**

A água é um factor de produção essencial para o desenvolvimento do sector agrícola. Em matéria de recursos hídricos, **a fraca disponibilidade de água** aparece como um factor limitante e ao mesmo tempo determinante para o desenvolvimento e a promoção do sector.

A situação existente no que respeita **a fraca disponibilidade de água** tem como causas fundamentais o deficiente aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, isto devido à insuficiência de infra-estruturas de retenção e armazenamento de água em resultado da escassez de recursos financeiros e deficiente implementação e seguimento das políticas. Ainda neste contexto é de se evidenciar a deficiente avaliação do impacto das infra-estruturas de Conservação de Solo e Água construídas.

A deficiente gestão dos recursos hídricos é também uma causa fundamental da fraca disponibilidade de água. A prevalência da rega por alagamento é também um elemento de importância a ter em conta em matéria de gestão, pela baixa eficiência no uso da água associada a este sistema de rega. Para além disso, o uso inadequado de tecnologias melhoradas, como a rega gota a gota leva à perda de quantidades importantes de água.

A utilização da rega por alagamento, por parte de muitos agricultores, é devida em parte pela resistência na adopção das novas tecnologias e principalmente pela falta de recursos financeiros. Uma mudança de atitude dos agricultores em relação à introdução de tecnologias melhoradas de rega requer o reforço da sensibilização dos agricultores através de abordagens apropriadas.

São também de interesse as perdas de água verificadas nas condutas e reservatórios, devido ao seu deficiente estado de conservação e manutenção.

Reconhece-se que as associações comunitárias poderiam ter um papel mais forte na mobilização e aproveitamento das águas pluviais através das suas próprias iniciativas. No entanto, o seu estado actual de organização e desenvolvimento tem dificultado uma melhor intervenção neste domínio. O reforço do apoio institucional é um pressuposto importante para a valorização do potencial existente em termos da participação das associações nesta vertente.

Ainda relativamente aos factores de produção, **o acesso limitado à terra** ou seja a natureza do vínculo dos agricultores à terra figura como um constrangimento. A propriedade da terra é na sua maioria privada, prevalecendo o arrendamento e parceria como principais formas de exploração da terra. Estas formas de exploração da terra dificultam o investimento por parte dos agricultores e reduzem a sua segurança em relação ao desenvolvimento sustentável da actividade agrícola.

Ainda concernente aos factores de produção, constata-se um fraco abastecimento no mercado devido à ruptura de stock. O elevado custo dos factores de produção por se tratarem essencialmente de produtos importados dificulta em certa medida o acesso a esses factores.

A insuficiência de alimentos para gado, devido à insuficiência de pasto, alto custo e baixa qualidade das rações. A insuficiência de pasto é provocada pelo **pastoreio livre descontrolado** aliado à sobrecarga animal sobre as áreas de pastagem e também pela falta de recolha e lançamento de sementes de pasto. Neste contexto, a falta de iniciativas dos agricultores e criadores, de dinâmicas colectivas comunitárias e falta de pesquisa sobre espécies forrageiras adaptadas às condições agro-ecológicas e de maior valor nutritivo têm contribuído para a situação existente no que concerne a disponibilidade de pasto. O alto custo das rações deve-se ao elevado custo ligado à importação das matérias primas. Para além disso, o acesso às rações é dificultado pela distribuição e localização geográfica dos postos de venda.

**A deficiente dinâmica de pesquisa do potencial agro-pecuário** devido à dificuldade de mobilização de meios financeiros e insuficiência de recursos humanos especializados;

**A incidência de pragas e doenças**, em consequência da deficiente inspecção sanitária e assistência técnica aos agricultores.

**A fraca capacidade de investimento dos produtores;**

Um factor que também condiciona o aumento da produção e da produtividade agro-pecuária prende com a fraca capacidade de investimento dos produtores particularmente numa perspectiva de alargamento das novas tecnologias já introduzidas e bem sucedidas.

A fraca capacidade de investimento tem como causas um conjunto de factores designadamente as dificuldades de acesso ao crédito, à deficiente capacidade de gestão dos produtores levando por vezes à ausência de um fundo de maneio para financiamento da actividade e ainda a fraca capacidade de gestão das circunstâncias decorrentes da aleatoriedade da rentabilidade da actividade agro-pecuária.

Focaliza-se que a fraca capacidade de gestão dos produtores é uma consequência da sua fraca capacitação e da falta de uma visão empresarial. Para além disso a fraca cultura de poupança é um elemento a considerar neste sentido.

### **A deficiente maximização do uso das tecnologias introduzidas.**

A deficiente maximização do uso das tecnologias introduzidas leva a um fraco aproveitamento do potencial agro-pecuário existente, devido à fraca capacidade institucional na divulgação e implementação dos resultados da pesquisa agrícola associado à deficiente capacitação dos produtores.

### **Fraca valorização dos produtos agro-pecuários**

A valorização dos produtos agro-pecuários é uma componente fundamental dentro da cadeia de produção agrícola. Esta dimensão do sector precisa ser cada vez mais valorizada.

A fraca valorização da produção tem como causas essenciais a fraca capacitação dos actores implicados e vocacionados, as dificuldades de acesso aos meios financeiros para investimento, a fraca dinâmica organizativa e colectiva, a insuficiência de estudos de mercado em matéria de consumo de produtos agro-pecuários transformados e exigências do consumidor no domínio da qualidade global dos produtos agrícolas e a divulgação dos respectivos estudos

Convém evidenciar que a vertente valorização da produção agrícola não tem constituído prioridade no conjunto de políticas para o sector agrícola

### **Fraco aproveitamento e valorização do potencial haliêutico**

O fraco aproveitamento e valorização do potencial haliêutico é também uma componente inerente às causas do problema maior identificado, ou seja, da baixa produção e produtividade agro-pecuária e pesqueira, merecendo por isso um tratamento específico.

Relativamente à exploração dos recursos haliêuticos constata-se uma sobre-exploração dos recursos na zona costeira, mas em contrapartida, os recursos localizados na faixa oceânica encontram-se sub explorados, devido à falta de capacidade financeira dos pescadores para a aquisição de embarcações de maior alcance e de tecnologias apropriadas para a avaliação e prospecção dos bancos de pesca.

Convém frisar que, a sobre-exploração das pescarias na zona costeira deve-se essencialmente à utilização de tecnologias inadequadas, como por exemplo, redes cuja dimensão das malhas leva à destruição da capacidade regenerativa do pescado.

Problemas apresentados pelos pescadores levam a inferir que a monitorização dos stocks de pescado e outros recursos marinhos é deficiente. Ademais, a divulgação sistemática de informações sobre o estado dos bancos de pesca é também deficitária.

A pesca é um sector, que apesar da sua contribuição para a segurança alimentar, na perspectiva dos actores implicados na consulta participativa, tem verificado debilidades na implementação das políticas para o sector. Constrangimentos de vária ordem têm vindo a dificultar uma melhor promoção e desenvolvimento das pescas:

- deficiente oferta de factores de produção no mercado, designadamente equipamentos e materiais de pesca.

- As deficientes condições de conservação, armazenamento e transporte do pescado constituem um problema para os pescadores e peixeiras. Para além da insuficiência de infra-estruturas de conservação do pescado, existem estruturas já instaladas, mas pouco valorizadas, isto devido à sua deficiente manutenção e falta de clareza sobre os papéis e responsabilidades das instâncias envolvidas na sua gestão e utilização.
- O fraco nível de escolaridade básica dos pescadores e deficiente formação dos pescadores, peixeiras, operadores e outros actores implicados ao sector é uma debilidade a contornar.
- deficiente capacidade organizativa dos pescadores e operadores é também uma debilidade a considerar face aos desafios

A dinâmica do sector privado no domínio das pescas, designadamente nas capturas, conservação, armazenamento, transporte e comercialização do pescado pode-se considerar ainda relativamente fraca. Neste sentido, considera-se importante rever o quadro de incentivos para o fomento do investimento privado no sector.

### **Debilidades institucionais**

A deficiente coordenação entre os serviços desconcentrados, a carência em termos de quadros qualificados por outro lado, constituem um factor bloqueador para a eficácia e mobilização de recursos públicos e privados.

A delegação do Ministério da Agricultura é tido como uma instituição enfraquecida, com poucos recursos e com um modelo de actuação centrado na construção de infra-estruturas com objectivos focalizados na criação do trabalho público. Diferentes actores observaram que a actuação do MADRRM deverá estar mais próximo dos agricultores e criadores de gado, para a promoção de iniciativas geradores de rendimento, para o aumento da produtividade agrícola, através de serviços de extensão rural implementados nas zonas de maior potencial agrícola.

#### 4.12 - ANALISE FOFA - São Nicolau

Interno	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de adaptação e resistência das populações vencendo o desafio da sobrevivência;</li> <li>• Património cultural importante (tradições orais, literatura oral, artesanato utilitário, música e língua nacional);</li> <li>• Diversidade micro-climática favorecendo a produção todo o ano;</li> <li>• Potencial de recursos hídricos na ordem de caudal médio explorável de 3.800 m3/dia;</li> <li>• Possibilidade de ampliação de terras de regadio de 73 ha para 157 ha;</li> <li>• Apreciável potencial turístico;</li> <li>• Potencial para Silvicultura nas zonas altas (produção de lenha e recarga de aquíferos);</li> <li>• Meio ambiente circundante com consideráveis recursos haliêuticos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca disponibilidade de água para o desenvolvimento agrícola</li> <li>• Grandes perdas de águas pluviais;</li> <li>• Deficiente valorização das áreas com vocação pastoril e falta de iniciativas dos criadores no domínio na recolha e lançamento de sementes de pasto/conservação;</li> <li>• A prática da pastorícia livre com impactos nocivos sobre a cobertura vegetal e na conservação dos solos</li> <li>• Deficiente conhecimento do potencial haliêutico;</li> <li>• Grau de utilização das novas tecnologias agrícolas ainda não ao nível desejado</li> <li>• Falta de pesquisa do potencial genético dos animais de raça local;</li> <li>• Encravamento de zonas de produção agrícola;</li> <li>• Falta de condições de conservação e transformação de produtos agrícolas e de pesca;</li> <li>• Deficiente capacidade organizativa de certas comunidades e grupos de actores;</li> <li>• Insuficiência do nível técnico e profissional dos produtores;</li> <li>• Défice de pessoal qualificado para atender programas organizativos das comunidades de desenvolvimento rural e investigação agropecuária</li> <li>• Fraca dinâmica do sector privado no domínio agrícola e pesca;</li> <li>• Baixa capacidade empresarial das Associações e/ou Organização das Associações</li> <li>• Ausência de uma política de crédito para o financiamento de actividades agrícolas e pesca rentáveis;</li> <li>• Fraca articulação inter e intra institucional;</li> <li>• Ausência de uma política fundiária;</li> </ul>
Externo	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o aumento de vendas de hortícolas e frutas no Mindelo, Sal e Boavista;</li> <li>• aumento do rendimento agrícola através da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• agravamento da situação no meio ambiente causado pela persistência da seca;</li> <li>• desenvolvimento fora de São Nicolau (desenvolvimento</li> </ul>



	<p>introdução de novas tecnologias de produção;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• mercado potencial para venda de pescado para as outras ilhas;</li> <li>• perspectivas para aumento da exportação de produtos de pesca ;</li> <li>• crescimento gradual do sector do turismo em Cabo Verde nos próximos anos;</li> <li>• concentração e aumento dos investimentos privados no turismo em Cabo Verde</li> <li>• Criação de rede de turismo rural aproveitando a existência dos parques naturais das ilhas do Fogo, Santiago, São Nicolau e Santo Antão</li> <li>• capitalização de emigrantes aproximando a idade de reforma, que tenciona regressar a ilha com as suas experiências profissionais e poupanças.</li> </ul>	<p>desequilibrado das ilhas) poderá provocar a migração e saída de uma grande parte dos quadros existentes da Ilha;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• perda de mercado de hortícolas e frutícolas por falta de competitividade;</li> <li>• diminuição de oportunidades de emigração;</li> <li>• diminuição de fundos do exterior para ajuda ao desenvolvimento de Cabo Verde;</li> <li>• Incidência de doenças e pragas nos animais e vegetais;</li> <li>• Surgimento de novas pragas e doenças;</li> </ul>
--	---	--

## 5 - IMPACTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS DE 2001 A 2006

Os investimentos realizados em São Nicolau de 2001 a 2006 atingiram o montante de **389.401.047.00**, abrangendo os sectores de recursos hídricos, agricultura, silvicultura, pecuária, engenharia rural, ambiente e extensão rural

Os investimentos nos recursos hídricos atingiram o montante de **59.651.047,00**, incedindo fundamentalmente no abastecimento de água para as comunidades rurais, através de abertura de furos, rede de adução, aprovisionamento e distribuição de água para as comunidades rurais e urbanas nos concelhos de Ribeira Brava e Tarrafal. Por uma iniciativa conjunta do INGRH e a DGASP, iniciou-se **nos finais do ano 2007 uma campanha de perfuração que mobilizou cerca de 2290 m3/d de água, com um investimento complementar de 100.518.455.00**

No sector agricultura os investimentos atingiram o montante de **60.000.000.00**, incedindo fundamentalmente na construção de reservatórios, aquisição de equipamentos para a instalação do sistema de rega gota-a-gota, viveiros, factores de produção e capacitação dos agricultores, particularmente no quadro do Programa PL – 480 e dos Projectos CMAR, PIDAS, PESA e Ordenamento das Bacias Hidrográficas e Desenvolvimento Agrícola na Bacia Hidrográfica de Fajã/MCA.

No Sector da Silvicultura os investimentos centram-se nos trabalhos de reflorestação e manutenção dos perímetros florestais, garantindo um bom número de postos de trabalho para os sub-empregados no meio rural, em especial mulheres e com destaque para aquelas que são chefes de família. De 2001 a 2006 foram fixadas 228.022 plantas, realizadas 72.050 m de banquetas simples e 148.990 m de banquetas reforçadas, 22.795 m de arretos.

A ilha tem uma área florestal de 34.500 hectares e 1.338.575 plantas fixadas, sendo predominante na zona de Monte Gordo, onde actualmente se implementa o Projecto das Áreas Protegidas, que visa fundamentalmente a protecção deste património ambiental, constituída por espécies exóticas e endémicas de grande valor económico e biológico, actuando também com actividades de amortecimento junto das comunidades, que vivem nas proximidades do perímetro florestal, de modo a quebrar a pressão social sobre os recursos florestais disponíveis. De 2001 a 2006 foi investido no sector florestal um montante de **45.000.000.00**.

Os investimentos no Sector Pecuário têm sido no apoio aos criadores na construção de pocilgas, estábulos e recuperação do Centro de Caleijão, bem como na campanha vacinação dos efectivos pecuários e na assistência veterinária, tendo registado um investimento público de **8.000.000.00**,

O Sector de Engenharia Rural apresenta uma maior fasquia de investimentos, ou seja, **180.000.000.00**, que foi empregue fundamentalmente na implementação das obras de correcção torrencial, captação de água, construção de reservatórios e redes de adução e distribuição de água, de modo a apoiar as actividades agrícolas de regadio (produção hortícola e frutícola), principalmente no quadro dos Projectos inseridos nos Programas de Investimentos e do PL – 480, sendo este executado pelas associações comunitárias, visando a criação de postos de trabalho no meio rural, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento de agricultura na ilha de São Nicolau.

A Extensão Rural aparece com um investimento irrisório de **750.000.00**, o que na realidade não corresponde a verdade, atendendo a que as actividades de vulgarização/extensão são realizados em quase todos os projectos executados e os investimentos efectuados nessa área é de capital importância na mudança do comportamento dos produtores agro-pecuários e das comunidades

rurais, visto que o mesmo fica normalmente diluído e o que realmente aparecem como informações financeiras são as transferências efectuadas através da Direcção de Extensão Rural. Os investimentos no sector do ambiente atingiram **36.000.000,00** e foram realizados no quadro do Plano de Acção Nacional para o Ambiente PANA II, executado pela Câmara Municipal de Ribeira Brava, através da Equipa Técnica Municipal Ambiental – ETMA, sendo a maior fatia destinada para as actividades do saneamento, ou seja, na aquisição dos equipamentos e maquinarias.

No quadro da luta contra a pobreza, foram efectuados importantes investimentos na área de intervenção social e organizacional, através da Comissão Regional de Parceiros–CRP e dos projectos de desenvolvimento agrícolas, principalmente o Programa PL-480, PESA e MCA, que culminou com a promoção de associações de base em quase todas as localidades e a criação de uma associação de segundo grau, denominada de Organização das Associações Comunitárias de São Nicolau - ORAC-SN.

### Analise e Avaliação Global

Nas condições actuais é extremamente difícil fazer uma análise realista do impacto dos investimentos realizados de 2001 a 2006 no sector agrícola, devido a um deficiente sistema de seguimento e avaliação dos projectos implementados, bem como a dispersão de informações existentes.

Das informações e recolhidas nas estruturas do centrais e desconcentrados do Ministério, se pode fazer uma análise global sobre o impacto dos investimentos realizados nos últimos seis anos, conforme o quadro abaixo

Analise global dos sectores agrícolas

Sector	Investimento Relativo ao Sector			Outros Factores Influentes	Tendencia Global da Produção (sobre 6 anos)
	Público	Privado	Associativo		
1 - Acesso aos Recursos	3	1	2	Problemas fundiários e acesso as informações	Para melhoramento
2 – Produção de sequeiro	1	2	2	A persistência da seca	Redução da área cultivada
3 – Produção de Regadio	1	1.75	0.5	Apesar de diminuição nível freático, estabilização da cultura da cana e aumento da produção agrícola e frutícola, devido ao melhoramento na eficiencia de rega e informação dos produtores	Estabilização da cana e com tendencia para redução e aumento da produção agrícola apesar da redução da área irrigada
3.1 -Hortícolas;	2	2	1		
3.2 -Fruteiras;	2	1	1		
3.3 -Cana de açúcar;	0	3	0		
3.4 - Bananeira	0	1	0		
4 -Pecuária	1.5	2	0.5	A persistência da seca Redução do efectivo	Alguma melhoria no efectivo pecuário
4.1 – Tradicional	1	2	0		
4.2 – Intensiva – Semi-industrial	2	2	1		
5 - Silvicultura	3	0	1	A persistência da seca	Fraca progressão
6 - Ambiente	3	1	1	Aparecimento de lixeiras, destruição da cobertura vegetal, pressão demográfica sobre os recursos naturais	Grande melhoramento
7 – Engenharia Rural	3	1	2	Mobilização de água e protecção das ribeiras	Melhoramento significativo na captação de água para as actividades agrícolas e abastecimento das comunidades
8 – Extensão Rural	2	0	1	Comunicação e informação	Tende a melhorar e é um componente prioritário

					em todos os projectos, que apenas de orientação, seguimento e aportes metodológicos aceites e assumidos
8 – Recursos Hídricos	2	1	1	Escassez hídrica e uma deficiente gestão, bem como a manutenção das infra-estruturas construídas, principalmente por parte dos beneficiários e as estruturas de supervisão	Abrem boas perspectivas para a mobilização de água a todos os níveis ( <i>subterrâneas, sub-superficiais, superficiais e desalinizada</i> )
8.1 – Abastecimento	3	0	1		
8.2 - Rega	1	2	1		
9 – Pesca	1.5	2	0		
9.1 – Artesanal	2	2	0		
9.2 – Semi-industrial	1	2	0		

Legenda: Nulo (0), Fraco (1), Médio (2), Forte (3)

## 6 – PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO NICOLAU

### 6.1 - VISÃO

A visão que se apresenta traduz o resultado da integração das visões e sonhos dos diferentes actores abordados na fase de consulta participativa.

**Uma ilha com um desenvolvimento agrícola baseado no aproveitamento sustentável das potencialidades e numa melhor valorização da produção agro pecuária e da pesca contribuindo para a segurança alimentar, geração de emprego, redução da pobreza, e melhoria das condições de vida e equidade dos sanicolenses, com uma população rural mais participativa e com um espírito de cidadania mais elevado.**

### 6.2 - OBJECTIVO ESTRATÉGICO PARA O HORIZONTE 2012

O relançamento da agricultura e da pesca, como actividades económicas que podem manter as condições de existência duráveis das populações rurais para a valorização dos recursos que contribuem para o crescimento económico, constituem um grande desafio.

As prioridades devem ser centradas sobre o melhoramento das explorações familiares, através de sistemas de produção agro-silvo-pastoris adaptadas as condições específicas das ZAE/ZEE, na base de uma dinâmica local e regional, suportada por organizações de camponeses e pescadores, orientadas para os produtos de alto valor acrescentado. Ainda, a nova agricultura e pesca deverão focalizar as suas fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, principalmente o turismo rural.

Projecta como objectivo geral ***“Melhoramento das condições de vida das comunidades rurais pelo combate à pobreza e a insegurança alimentar”***. Tal objectivo está configurado nos limites do objectivo global de Estratégia de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca de Cabo Verde.

Como objectivos específicos ***“Aumento da produção, da produtividade e a valorização dos produtos da agricultura, da pecuária e da pesca”***. Para se alcançar esses objectivos específicos será necessário atingir um conjunto de resultados intermédios se pode ver no seguinte quadro lógico resumido. Tais resultados e objectivos específicos nas suas inter-relações com os dos outros sectores deverão contribuir para a prossecução do objectivo geral.

Uma organização da comercialização e acesso ao mercado, sistemas de créditos instituídos, reforço institucional do MADRRM bem como a integração sistemática e a implementação da abordagem género a nível das estratégias, programas e projectos do desenvolvimento do sector rural, são questões transversais com implicações cruzadas, em que os actores apontam como pontos fortes na expectativa de resolução dos principais problemas que afectam o desenvolvimento agrícola da ilha..

### 6.3 - QUADRO LÓGICO DO PADA-SN

Hierarquia dos resultados		Indicadores com Valores Objectivo			Fontes de dados e/ou Meios de verificação		Hipóteses e Riscos	
EIXO III Competitividade / PROGRAMA: Agricultura / SUB-PROGRAMA: Ordenamento de Bacias Hidrográficas e desenvolvimento integrado / Ano: 2009-2012								
OBJECTIVO GERAL								
Utilização sustentável dos recursos naturais para o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas como unidades territoriais		Número de famílias que vivem em zonas rurais numa situação de segurança alimentar			DSSA/INE			
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS								
1. Incremento da capacidade produtiva das populações rurais através do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas		Produção agro-silvo-pastoril nas zonas de intervenção			Relatórios de Actividade do Ministério Relatórios de Actividade da Delegação			
OBJECTIVOS OPERACIONAIS								
1.1 Bacias hidrográficas ordenada e valorizada		Metas 2012  Número de bacias ordenadas 7 Áreas tratadas com estruturas de CSA 3 Áreas cultivadas com hidroponia (há) 3 Números de explorações pecuárias melhoradas 2 Número de estudos realizados 2			Relatórios de Actividade do Ministério Relatórios de Actividade da Delegação			
ACTIVIDADES		Fonte financiamento	Recursos Financeiros					Fontes de dados e/ou Meios de Verificação
			2009	2010	2011	2012	TOTAL	
A1.1.1 Ordenamento e valorização Bacia Hidrográfica de Rª Prata		GOV, BADEA	42.969.800,00	75.515.400,00	75.515.400,00	37.757.720,00	231.758.320,00	Ficha ou Documento do Projecto
A1.1.2 Ordenamento e valorização hidro-agrícola de Covoada, Camarões/Ribeira Funda/Estância de Brás/Carvoeiro		Espanha	13.725.000,00	38.430.000,00	38.430.000,00	19.215.000,00	109.800.000,00	
A1.1.3 Projecto Desenvolvimento Agrícola de Fajã		MCA	71.000.000,00	60.000.000,00			131.000.000,00	
A1.1.4 Estudo e esquema director Bacia Hidrográfica de Rª Brava e Queimadas		GOV, FAO		8.000.000,00			8.000.000,00	
			127.694.800,00	181.945.400,00	113.945.400,00	56.972.720,00	480.558.320,00	

Hierarquia dos resultados		Indicadores com Valores Objectivo		Fontes de dados e/ou Meios de verificação		Hipóteses e Riscos	
EIXO III Competitividade / PROGRAMA: Agricultura / SUB-PROGRAMA: Valorização dos recursos naturais e desenvolvimento agrosilvopastoril / Ano: 2009-2012							
OBJECTIVO GERAL							
Contribuir ao desenvolvimento do sector agro-silvo-pastoril e ao incremento percentual do seu peso específico no PIB		Contribuição da agricultura no PIB		INE			
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS							
1. Aumento da produtividade e diversidade da produção agro-silvo-pastoril através de uma gestão sustentável e participativa dos recursos.		Número de famílias que vivem em situação de segurança alimentar		INE/Relatórios de Actividade do Ministério			
OBJECTIVOS OPERACIONAIS							
1.1 Infra-estruturas de mobilização de água construídos   							

A1.1.1 Captação, reservatórios e mobilização de água para rega	GOV	14.342.460,00				14.342.460,00	Ficha ou Documento do Projecto
A1.2.1 Reconversão de 19 há de sequeiro nas zonas Preguiça, Campo de Preguiça, Praia Branca	GOV, PNLP	10.000.000,00	7.600.000,00			17.600.000,00	
A1.3.1 Massificação do sistema rega gota a gota	GOV/Japão	5.956.000,00				5.956.000,00	
A1.3.2 Diversificação de culturas	GOV	7.500.000,00				7.500.000,00	
A.1.3.3 Promoção de produção pecuária e melhoramento de raças	GOV	3.600.000,00				3.600.000,00	
A.1.4.1 Ordenamento e manutenção de perímetros florestais	GOV	7.246.579,00	7.246.579,00	7.246.579,00	7.246.579,00	29.746.579,00	
A.1.4.2 Criação de novas áreas florestais	GOV	3.964.992,00	3.964.992,00	3.964.992,00	3.964.992,00	15.859.968,00	
A.1.5.1 Desenvolvimento dos sistemas de produção silvo-pastoril nas ZAE I e II –Belém, Morro Brás, Juncalinho, Vila Tarrafal-Mané Baú e Fundo Bananeira	Espanha	18.900.000,00	52.920.000,00	52.920.000,00	26.460.000,00	151.200.000,00	
A.1.5.2 Reforço das confederações e associações e famílias carenciadas	Espanha	7.500.000,00	21.000.000,00	21.000.000,00	10.500.000,00	60.000.000,00	
A.1.5.3 Promoção de Eco turismo em S.Nicolau	A procurar	7.500.000,00	7.500.000,00			15.000.000,00	
		<b>86.510.031,00</b>	<b>100.484.992,00</b>	<b>85.384.992,00</b>	<b>84.424.992,00</b>	<b>320.805.007,00</b>	

Hierarquia dos resultados	Indicadores com Valores Objectivo	Fontes de dados e/ou Meios de verificação	Hipóteses e Riscos
<b>EIXO III Competitividade / PROGRAMA: Agricultura / SUB-PROGRAMA: Valorização dos recursos económicos e financeiros / Ano: 2009-2012</b>			
<b>OBJECTIVO GERAL</b>			
Aumentar a importância da Agricultura no PIB do País e melhorar a utilização dos recursos financeiros da Delegação do MADRRM	Peso do sector Agrícola no PIB  Taxa de implementação física e financeira dos projectos (como medida da eficiência)	Relatório de actividades anual do Ministério Relatório de actividades anual da Delegação	
<b>OBJECTIVOS ESPECÍFICOS</b>			
1. Mercados abastecidos com regularidade com produtos locais, através da melhoria das condições de produção integrada no sector agro-pecuária  Reforçar os sistemas de vigilância e seguimento necessários para melhorar a eficiência dos projectos	Taxa de execução financeira e física dos projectos	Relatórios de Actividade do Ministério Relatório de actividades anual da Delegação	
<b>OBJECTIVOS OPERACIONAIS</b>			



		Metas 2012		Relatórios de Actividade do Ministério				
1.1 Produção agrícola intensificada e diversificada		Variedades de produtos agrícolas (hortícola, fruteiras) produzidas e comercializadas Numero de parcelas com sistemas de rega gota a gota Tamanho médio das parcelas		Relatório de actividades anual da Delegação				
1.2 Acesso ao mercado promovido e melhorado		Estudos realizados Nº de privados e associações envolvidos						
1.3 Sistema de desenvolvimento rural integrado eficiente		Número de centros de extensa rural operacionais 1 Número de secções de formação/informação						
1.1 Modalidades de funcionamento do SSA partilhadas em concertação com DGs, Institutos, e Delegações		Especificas funcionais do SSA partilhadas com DGs, Institutos, e Delegações						
ACTIVIDADES		Fonte financiamento	Recursos Financeiros				Fontes de dados e/ou Meios de Verificação	
			2009	2010	2011	2012	TOTAL	
A1.1.1 Melhoria e diversificação dos sistemas de produção e dos produtores		Espanha	4.525.000,00				4.525.000,00	Ficha ou Documento do Projecto
A1.2.1 Projecto de apoio na conservação, controle de qualidade e comercialização de produtos agro pecuários		A procurar	20.000.000,00	20.000.000,00	10.000.000,00		50.000.000,00	
A1.3.1 Construção de um centro de extensão rural no Concelho do Tarrafal		A procurar		7.000.000,00			7.000.000,00	
A.2.1.1 Projecto de reestruturação, organização e reforço da Delegação de modo a facilitar o cumprimento dos objectivos do PADA- S.Nicolau								
			24.525.000,00	27.000.000,00	10.000.000,00		61.525.000,00	

## 6.4 – OS EIXOS PRIORITÁRIOS DE APOIO DO PADA-SN

Os investimentos para operacionalizar as estratégias de desenvolvimento rural (agricultura, pescas e outras), deverão articular-se de maneira complementar e sinérgica, em volta de cinco prioridades a saber:

- a) **o acesso e gestão durável dos recursos naturais** hídricas, fundiárias e biológicas, incluindo halieuticos, nomeadamente para o reforço das infraestruturas e das capacidades de gestão duráveis das comunidades rurais;
- b) **a valorização dos produtos agrícolas, da pesca e outros** para o reforço das actividades de conservação, transformação e comercialização, nomeadamente para o estabelecimento das infraestruturas adaptadas, capacidades empresarias privadas e/ou associativas, etc;
- c) **o reforço dos serviços técnicos** para as actividades de pesquisa participativa para o desenvolvimento e a promoção da extensão rural e divulgação de tecnologias apropriadas;
- d) **o estabelecimento de um ambiente sócio-económico e político condutor**, especialmente para a promoção do papel do sector privado e associativo a montante e a jusante da produção e a formação dos recursos humanos do meio rural de apoio as iniciativas locais;
- e) **a luta durável contra a fome e mal nutrição**, nomeadamente para a utilização das operações de urgência para iniciar/consolidar um processo de desenvolvimento durável

No quadro de uma gestão durável desses recursos, os programas devem ter como alvos o melhoramento das condições de existências rurais (acesso a alimentação, rendimentos, serviços sociais, etc.).

A dependência da produção agrícola e da pesca, relativas aos recursos naturais e das condições climáticas irregulares, pesam grandemente na produção, pelo que os potenciais da produção são fracamente valorizados. Ainda, as fraquezas estruturais, tais como o não respeito das vocações agro-ecológicas e a gestão durável dos recursos naturais, a não adaptação das propostas técnicas e a fraca valorização de produtos contribuem para as fraquezas dos sistemas de produção e as condições de existência precárias de uma grande parte de camponeses e pescadores.

No quadro do desenvolvimento local integrado, a identificação das zonas de intervenção não deverá centrar apenas nas zonas de alto potencial de produção, mas igualmente visar o melhoramento das condições de existência e o desenvolvimento local das zonas desfavorecidas.

Os indicadores das metas visadas em termos de valorização e desenvolvimento dos recursos naturais (água, terra e biocenose) são resumidos abaixo:

## **6.5 – PROGRAMAS E PROJECTOS**

A implementação do Plano de Acção e os seus programas prioritários passam pela execução de um conjunto de projectos prioritários, que visam uma abordagem que permite responsabilizar a partida os diferentes intervenientes e uma grande flexibilidade de modo a se levar em conta as prioridades locais e dos financiadores.

## **6.6 – CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS PROJECTOS PRIORITARIOS**

Do resultado do diagnostico feito os actores priorizaram os problemas da “**Escassez de Água**”, do “**aumento das áreas disponíveis para a pratica do agrosilvopastoralismo e valorização dos produtos pecuários**” do “**Melhoria das condições gerais de distribuição e comercialização dos produtos e o acesso ao Mercado**” e em quarto lugar “**Debilidades Institucionais**”. Para os mesmos, o Plano de Acção deve igualmente priorizar as soluções que irao no sentido de resolver, minimizando, os ditos constrangimentos.

Os projectos elegíveis no âmbito do Plano de Acção para o Desenvolvimento Integrado de Agricultura na ilha de São Nicolau, devem estar sintonizados com as prioridades estratégicas do PEDDA e as opções estratégicas do MADRRM. Estes projectos deverão responder a certos critérios relativos a durabilidade do meio ambiente, viabilidade económica, rentabilidade, eficiência económica e social. Os principais critérios seleccionados são:

- A compatibilidade com as estratégias de desenvolvimento do Governo e intervenção doadores de fundos (financiadores);
- A durabilidade económica e ambiental: todo o projecto deve ter em conta as condições da durabilidade, que visa a valorização dos recursos naturais ou os mecanismos a serem previstos no fim do projecto, no sentido de garantir a perinização dos saberes/experiências (capacidade de manutenção das infraestruturas, privatização seleccionadas, etc);
- A viabilidade técnica e económica;
- A aceitabilidade social e capacidade de absorção;
- A responsabilidade dos actores locais;
- A sinergia com outros projectos e programas;

## **6.7 – ESTIMATIVAS DAS NECESSIDADES FINANCEIRAS**

### **6.7.1 – Em Funcionamento**

As despesas de funcionamento suportam o pagamento dos técnicos envolvidos directamente na execução, fiscalização e seguimento dos programas e projectos locais. Uma boa parte dessas despesas serão cobertas com fundos suplementares mobilizados no quadro dos programas e projectos do plano e para a sua execução física e financeira se deve mobilizar para o quadriénio 2009 a 2012 o montante de **60.000.000\$00**.

Prevê-se para uma fase posterior o desengajamento do Estado de determinadas funções e a responsabilização das associações e da sociedade civil, assim como a reestruturação gradual dos serviços técnicos e administrativas do MADRRM , como por exemplo a Delegação de São Nicolau, no sentido de permitir uma recentragem sobre as funções essenciais e que possibilitem uma melhor utilização dos meios financeiros realmente disponíveis no orçamento de funcionamento.

### 6.7.2 – Em Investimento (2009 a 2012)

As estimativas das necessidades de investimentos em São Nicolau foram feitas com base nos seguintes parâmetros:

- Os programas prioritários identificados;
- Os programas e projectos propostos;
- Os estudos sectoriais realizados e a serem realizados para uma melhor integração do plano;
- Os centros de interesses dos diferentes actores identificados no DTPN e financiadores tradicionais de São Nicolau;
- A análise de capacidade de absorção da Delegação do MAARM com base nas disponibilidades dos orçamentos executados;

Os projectos foram identificados em função dos problemas e soluções identificados pelos principais actores implicados no desenvolvimento da ilha e dos recursos possíveis de serem mobilizados, em termos financeiros nos próximos quatro anos, a nível interno e externo, bem como a capacidade de execução da Delegação do MAARM.

O desenvolvimento das bacias hidrográficas constitui pólos de dinamização do desenvolvimento agrícola local, integrado e responsável. A este respeito os investimentos (bacias hidrográficas e desenvolvimento de sistemas de produção agro florestal e silvo-pastoril) representam cerca de 68% do investimento total (sem o apoio institucional).

Outros financiamentos do sector agrícola, contribuição do tesouro/Governo, provem dos fundos de apoio orçamental e de contrapartida da ajuda alimentar diversos. Estes fundos são utilizados no quadro dos programas de reflorestação, da melhoria fundiária e da sua manutenção. Mobilização de água e conservação de solos, produção agrícola e pecuária nas acções ainda não integradas nos projectos de valorização das bacias hidrográficas.

A integração deste fundo no plano de acção procura transformar a ajuda de urgência num instrumento que possa contribuir para minimizar a situação de carência alimentar, sobretudo dos grupos mais vulneráveis e principalmente a reforçar a base produtiva com vista a permitir a médio prazo, desenvolver as actividades económicas rentáveis e de assegurar as condições duráveis de existência.

Assim, se prevê para o horizonte 2009 a 2012 um orçamento de **862.888.327\$00** para o desenvolvimento de uma agricultura integrada e que vai beneficiar as comunidades rurais de São Nicolau de todos os estratos sociais e especialmente os mais carenciados e vulneráveis.

Desse montante **748.493.351\$00** estão garantidos através de financiamento do BADEA (bacia hidrográficas de R<sup>a</sup> da Prata) MCA (bacia hidrográfico de Fajã), e Governo através do Programa de Investimentos Público para o ano 2009, verbas do tesouro/ajuda orçamental.

## Proposta Orçamental Sub-programas e Projectos (Em ECV)

Sub-Programa e Projectos	Fonte Financiame	Garantia Financiam	2009	2010	2011	2012	Total	%
<b>1 – Sub- Programa- Ordenamento das Bacias Hidrográficas e Desenvolvimento Integrado</b>			<b>127.694.800,00</b>	<b>181.945.400,00</b>	<b>113.945.400,00</b>	<b>56.972.720,00</b>	<b>480.558.320,00</b>	<b>56</b>
1.1 – Projecto de Ordenamento e Valorização Agrícola de Ribeira da Prata	BADEA GCV	Garantido	42.969.800,00	75.515.400,00	75.515.400,00	37.757.720,00	<b>231.758.320,00</b>	
1.2 – Ordenamento e Valorização hidro-agrícola de Covoadá, Camarões, R <sup>a</sup> Funda, Estância Brás, Carvoeiros	Espanha	Garantido	13.725.000,00	38.430.000,00	38.430.000,00	19.215.000,00	<b>109.800.000,00</b>	
1.3 – Continuação do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vale de Fajã em São Nicolau	MCA	Garantido	71.000.000,00	60.000.000,00			<b>131.000.000,00</b>	
1.4 – Projecto de Estudos e Esquemas Directores das Bacias Hidrográficas de Ribeira Brava e Queimadas	Externo	A procurar		8.000.000,00			<b>8.000.000,00</b>	
<b>2 –Sub-Programa de Valorização dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Agro-Silvo-Pastoril</b>			<b>86.510.031,00</b>	<b>100.484.992,00</b>	<b>85.384.992,00</b>	<b>48.424.992,00</b>	<b>320.805.007,00</b>	<b>37</b>
2.1 – Captação, reservatórios e mobilização de água para rega	GOV	Garan 2009	14.342.460,00				<b>14.342.460,00</b>	
2.2 – Reconversão de 19 há em regadio nas zonas de Preguiça, Campo Preguiça, Praia Branca	GOV, PNLP		10.000.000,00	7.600.000,00			<b>17.600.000,00</b>	
2.3 –Massificação sistema rega gota a gota	GOV	Garan 2009	5.956.000,00				<b>5.956.000,00</b>	
2.4 – Diversificação de culturas	GOV	Garan 2009	7.500.000,00				<b>7.500.000,00</b>	
2.5 – Proomção de produção pecuário e Melhoramento de Raças	GOV	Garan 2009	3.600.000,00				<b>3.600.000,00</b>	
2.6 – Ordenamento e Manutenção de perímetros florestais	GOV	Garan 2009	7.246.579,00	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00	<b>29.746.579,00</b>	
2.7 – Criação de novas áreas florestais	GOV	Garan 2009	3.964.992,00	3.964.992,00	3.964.992,00	3.964.992,00	<b>15.859.968,00</b>	
2.8 – Desenvolvimento dos sistemas de produção agro-silvo-pastoril nas ZAE I e II – Belém, Morro Brás, Juncalinho, Vila Tarrafal-Mané Baú, e Fundo Bananeira	Espanha	Garantido	18.900.000,00	52.920.000,00	52.920.000,00	26.460.000,00	<b>151.200.000,00</b>	
2.9 – Reforço das confederações das associações para apoio as ACB e famílias carenciadas	Espanha	Garantido	7.500.000,00	21.000.000,00	21.000.000,00	10.500.000,00	<b>60.000.000,00</b>	
2.10 – Promoção de Eco Turismo em S. Nicolau	GOV, Externo	A procurar	7.500.000,00	7.500.000,00			<b>15.000.000,00</b>	
<b>3 –Sub-Programa Valorização dos Recursos Económicos e Financeiros</b>			<b>24.525.000,00</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>10.000.000,00</b>		<b>61.525.000,00</b>	<b>7</b>
3.1 – Melhoria e diversificação dos sistemas de produção e dos produtores	Espanha	Garantido	4.525.000,00				<b>4.525.000,00</b>	
3.2 - Projecto de apoio na comercialização, controle de qualidade e comercialização dos produtos agro pecuários	GOV, Externo Privado	A procurar	20.000.000,00	20.000.000,00	10.000.000,00		<b>50.000.000,00</b>	
3.3 – Construção de um centro de extensão rural no Concelho do Tarrafal	GOV Exteno	A procurar		7.000.000,00			<b>7.000.000,00</b>	
3.4 – Reestruturação, organização e reforço da capacidade institucional da Delegação do MADRRM de modo a facilitar o cumprimento dos objectivos e metas do PADA-S.Nicolau	GOV							
<b>TOTAL</b>			<b>238.729.831,00</b>	<b>309.430.392,00</b>	<b>209.330.392,00</b>	<b>105.397.712,00</b>	<b>862.888.327,00</b>	<b>100</b>

### 6.7.3 – Fontes de Financiamento

Os programas e projectos serão financiados pelo BADEA, MCA, União Europeia, Cooperação Espanhola, FIDA, através da Luta Contra a Pobreza, sendo outros financiados com Fundos de Contrapartida – FCP e Programas Adicionais de Emprego Público para o Desenvolvimento.

### 6.8 – NÍVEIS DE EXECUÇÃO

- Local: Enquadram as actividades a serem empreendidas ao nível do terreno em suporte directo da produção agrícola, pesca e a valorização da produção. Estas actividades abrangem os serviços de apoio ao nível local, incluindo os serviços de vulgarização em que todos os técnicos têm a responsabilidade nessa matéria. O objectivo é de estabelecer as condições favoráveis ao nível local, visando promover a produção durável (cerca de 75% dos recursos publicos devem ser consagrados);
- Nacional/Regional: Compreendem as actividades de suporte do sector publico ao desenvolvimento agrícola a nível nacional. Estas acções são da responsabilidade do MADRRM, em colaboração com outros Ministérios conexos, para-estatais e organismos centrais (*cerca de 20% dos recursos públicos*);
- Transversal e Intersectorial: Compreendem todas as acções nacionais ligadas indirectamente ao desenvolvimento agrícola repartidas com outros Ministérios que cobrem eventuais funções de coordenação/cooperação, que demandam uma atenção significativa do MADRRM (cerca de 5% do orçamento).

### 6.9 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O Ministério do Ambiente, Agricultura e Recursos Marinhos, é o supervisor do sector agrícola e o responsável institucional pela organização de seguimento e avaliação dos programas, que devem ser assegurados pela DGPOG e em parceria operacional com a DGASP, o INGRH, o INIDA e Direcção Geral das Pescas, sendo as responsabilidades repartidas em dois níveis:

- A nível local a Delegação do MADRRM assegura a execução e o seguimento participativo das acções de desenvolvimento, em estreita colaboração com os produtores primários (agricultores, criadores e pescadores) e as associações, envolvendo também outras estruturas desconcentradas e descentralizadas, tais como as CMRB, CMT, CRP, ETMA, DMS, MEES, etc.
- A nível nacional pela DEPOG e Direcção Geral das Pescas, podendo essas responsabilidades serem exercidas em colaboração com a DGASP ou os Institutos tutelados pelo Ministério, em termos operacionais e em áreas específicas.

Todos os Programas e Projectos a serem desenvolvidos devem ter uma Ficha de Seguimento e Avaliação, que define os objectivos, as actividades, os resultados e as metas devidamente quantificadas, bem como os indicadores da viabilidade técnica, financeira e social do projecto.

### 6.10 – RISCOS E CONDIÇÕES DE EXITO DO PLANO DE ACÇÃO

O PADA-SN tem por objectivo superior o aceleramento do crescimento do sector de agricultura e pesca, em função das estratégias definidas e aos investimentos a serem realizados em termos de crescimento económicos para a redução da pobreza.

Por esta razão, os diferentes constrangimentos evocados anteriormente devem ser progressivamente considerados para aumentar as chances do êxito, assim como as principais reformas que parecem ser necessárias para ultrapassar esses constrangimentos no domínio institucional, dos quais se destacam os seguintes:

- A reestruturação da Delegação de acordo com a orgânica e as opções das políticas agrárias definidas pelo Ministério no PEDDA, de modo a servir melhor os produtores agrícolas e as comunidades rurais;
- O reforço e a adaptação dos recursos humanos aos desafios da ilha, capacitando-os de modo a terem um perfil técnico adequado na prestação de informação, na comunicação, no aconselhamento sobre os aspectos técnicos, sócio-económicos, gestão de fileiras nas produções agro-pecuárias, seguimento e avaliação;
- O aceleração das reformas transversais inerentes a segurança fundiária, a promoção do crédito a médio prazo e a equidade no acesso aos recursos, nos domínios onde a situação actual constitui bloqueio ao desenvolvimento rural a médio e longo prazo;
- O melhoramento da rede viária e as ligações áreas e marítimas com outras ilhas do país, especialmente com as ilhas do Sal, Boa Vista, São Vicente e Santiago;

Outras medidas de organização e metodologia de trabalho são também indispensáveis para o êxito do Plano de Acção, tais como:

- O melhoramento da coordenação dos apoios externos de maneira a evitar as duplicações de acções/actividades e assegurar desde o início as vantagens da sinergia entre os diversos financiamentos;
- O dinamismo do sector privado e associativo no aumento dos fluxos financeiros e económicos orientados para o sector rural;
- O dimensionamento dos projectos das infraestruturas de acordo com a capacidade de apropriação e de manutenção das organizações locais;

Os factores de riscos estão sempre presentes como se descreve:

- O trinómio ambiente, insegurança alimentar e pobreza;
- A densidade demográfica e a utilização dos recursos no espaço e no tempo;
- A escassez dos recursos em solo, água e o seu acesso de forma desigual;
- A fraca responsabilidade e adesão das populações rurais;
- A vulnerabilidade em geral de agricultura e pesca caboverdiana;

## 7 – CONCLUSÕES

O PADA de São Nicolau, é um importante instrumento de planeamento e de trabalho, para a implementação de importantes programas e projectos para o quadriénio 2009 a 2012, orientados para o cumprimento das finalidades e os objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola – PEDDA. Partindo de um exercício de priorização de zonas geográficas “territórios” representativas, permitiu planificar com participação de varios actores nas referidas zonas.

A escassez e o difícil acesso à água, são factores limitativos muito importante para aumentar a produção de alimentos em Cabo Verde e especificamente em São Nicolau, que ligado à fraqueza e à degradação contínua da base produtiva, tem favorecido o êxodo rural das forças vivas. Novos modelos de exploração rural, integrando os diversos subsectores agrícolas ( e não agrícolas ) com vista à optimização dos rendimentos dos agricultores/criadores de gado/pescadores, implica uma mudança participativa das mentalidades dos mesmos com base nas experiências e conhecimentos tradicionais, integrados nas tecnologias modernas.

A abordagem DTPN é uma tradução operacional da abordagem participativa aplicada ao desenvolvimento local. Esta visa a utilização sustentada e racional do conjunto dos recursos do território, e associa ao mesmo tempo, acções integradas de promoção das produções rurais, desenvolvimento das infra-estruturas socio-económicas e o reforço da competência dos utilizadores e de respectivas organizações.

Em São Nicolau, como em todo Cabo Verde, a família rural constitui unidade de base da exploração agrícola. A solidariedade entre agricultores da mesma zona, são por vezes relativamente limitados, mas o seu conjunto constitui um grupo humano de base (comunidade) que explora um espaço geográfico (zona ou “território”), geralmente pertencendo a uma bacia hidrográfica e/ou a uma/varias zona(s) agroecológica (s) (ZAE), caracterizado por condições pedo-climáticas específicas. A noção de “território” integra a dimensão humana/social na dimensão geográfica. Os membros da comunidade têm interesses e desafios comuns do ponto de vista do ordenamento de seu espaço, e de acesso igualitário das famílias aos recursos , com vista a garantir as condições de existência. Além disso, o “território” não funciona de forma isolada em relação à vizinhança , devido a transferências de recursos, gado, relações comerciais, culturais, etc.

O objectivo do DTPN incide na qualidade de vida das populações, mediante o fortalecimento dos actores sociais, do alargamento de espaços para a discussão e é uma tradução operacional da abordagem participativa aplicada ao desenvolvimento local, permitindo optimizar a integração das actividades agrícolas e não – agrícolas, na base duma exploração sustentável dos recursos naturais, humanos e económicos. A participação e a responsabilização dos beneficiários para a promoção do seu próprio desenvolvimento, constituem garantia de sustentabilidade das intervenções. Assim, a abordagem por zona ou gestão do « território”, fornece às populações locais instrumentos integrados que permitirão potencializar gradualmente as suas comunidades, na sua capacidade de negociação e de se responsabilizar, nomeadamente por: (i) o diagnostico e a análise dos constrangimentos/potencialidades; (ii) a identificação e a programação das actividades; (iii) o domínio da execução local dos micro-projectos ; (iv) a contribuição para o financiamento dos investimentos e funcionamentos e (v) o seguimento/avaliação participativo do impacto das actividades e (vi) a responsabilização das comunidades locais ( e os utilizadores individuais ) pela gestão judiciosa e sustentável dos recursos disponíveis, pela restauração e melhoria do seu potencial produtivo, no quadro das exigências dos mercados e das dinâmicas institucionais.

A implementação da abordagem DTPN implica diferentes níveis de desafios, tais como: (i) o tempo de criação das capacidades locais, (ii) o apoio institucional para facilitar a reflexão sistemática das necessidades e das prioridades locais e nacionais, (iii) o reforço do apoio às comunidades locais e a responsabilização das comunidades locais de base , para o desenvolvimento, (iv) o seguimento e a avaliação do impacto, como instrumento de gestão, (v) a clarificação do papel e funções dos deferentes intervenientes (actores), tanto, públicos , associativos como privados.



Uma atenção particular deve ser dada às necessidades específicas das mulheres, dos jovens e grupos sociais vulneráveis, bem como o reforço das suas intervenções no seio da comunidade rural, através de relações de solidariedade entre os géneros, que levam ao respeito mútuo e assegurem a todos as mesmas oportunidades para participarem no desenvolvimento da ilha de São Nicolau.

Neste quadro, o PADA São Nicolau, deve procurar as modalidades de execução adaptadas às suas condições sociais e humanas próprias, variáveis de uma zona para outra.

## **Anexo 1 - Zonas Geográficas Representativas São Nicolau**



**Financiamento :** Externo 96%

Nacional 4% (Beneficiários e associações , MADRRM )

**Justificação :** Em S. Nicolau a dinâmica do sector privado em matéria de produção de bens alimentares (agricultura, silvicultura, pecuária) e produtividade do trabalho é relativamente fraca. A baixa qualidade dos produtos espelha a debilidade dos produtores de auto-financiarem a adopção e uso de novas tecnologias para valorizarem os seus produtos. Considera-se importante rever o quadro de incentivos para o fomento do investimento privado no sector.

A valorização dos produtos agro-pecuários clama por capacitação institucional e dos produtores, por investimentos de qualidade (na organização, em infra-estruturas de conservação, armazenamento e transporte, estudos do mercado, etc.) situação que evidencia que esta vertente da produção não tem sido prioridade das políticas agrícolas.

Para que os produtos agropecuários possam ser valorizados, o “acesso ao mercado” é uma condição fundamental, sendo por isso indicado pelos actores como a segunda prioridade no Plano de Acção para o Desenvolvimento Agrícola de São Nicolau. Como já ficou referenciado um dos grandes constrangimentos não seria bem a falta de mercado, pois ficou demonstrado que o mercado existe, mas perisitem dificuldades no acesso organizado a esse mercado potencial. Estudos realizados apontam para um grande espaço de mercado para os produtos nas ilhas do Sal, da Boavista e mesmo do Maio, ilhas em grande movimento de expansão turística. Uma maior organização da produção obtida na base duma boa capacitação dos agricultores/produtores no sentido de aumentar a sua cultura empresarial e o desenvolver de um espírito associativo, seria de facto um bom caminho para chegar a grandes soluções neste sector.

Este projecto enquadra-se nas orientações do Governo através do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP), assim como das políticas sectoriais do Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos ( Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, recentemente elaborado com apoio técnico da FAO e Programa Nacional de Segurança Alimentar )

### **Objectivos, resultados e actividades**

**Objectivo Geral :** Valorização das produções apoiando os actores na organização conservação, e comercialização, dos produtos agrícolas (especialmente hortícolas e frutas) e animais.

**Objectivo específico 1 -** Um sistema empresarial competitivo que explore, por gestão integrada e sustentável o potencial agrícola da ilha criada

Resultado 1.1 – Uma entidade para gestão do centro é criado e legalizado

- Actividade 1.1.1 – contratar um gabinete especializado
- Actividade 1.1.2 – formação e capacitação dos gestores do centro

**Objectivo específico 2-** Um centro multifuncional gerido por associações e/ou privados para tratamento pós colheita e conservação de produtos (embalagens) operacional

Resultado 2.1 – Um centro com as unidades de condicionamento e armazenagem pós colheita, controle de qualidade e comercialização/marketing construído e operacional.

- Actividade 2.1.1 – Elaboração do projecto de arquitectura e orçamento
- Actividade 2.1.2 – Execução da obra
- Actividade 2.1.3 – Aquisição de equipamentos e materiais

Resultado 2.2 – Produtos de alto valor acrescentado promovidos, definidos os “standards” de qualidade e assegurado um sistema de controle de qualidade

- Actividade 2.2.1 - Reciclagem de 2 técnicos especialistas em tratamento pos-colheita (hortaliças e frutas), 1 técnico em comercialização
- Actividade 2.2.2 – Formação e reciclagem de 180 agricultores (sobretudo jovens e mulheres chefes de família) nas técnicas pos-colheita, conservação e comercialização.

### Meios necessários

**Os meios humanos** – Equipa técnica da Delegação do MADRRM de S. Nicolau, Associações,

**Os meios materiais/equipamentos** – materiais e equipamentos incluídos no pacote técnico global

### **Orçamento do projecto**

	Categoria despesas	Contrapartida Nacional	Externo	Montante Total
R1.1	A1.1.1- contratar um gabinete especializado	500.000,00		500.000,00
	A1.1.2- formação e capacitação dos gestores do centro	250.000,00	750.000,00	1000.000,00
R2.1	A2.1.1- Elaboração do projecto de arquitectura e orçamento	500.000,00		500.000,00
	A2.1.2- Execução da obra		35.000.000,00	35.000.000,00
	A2.1.3- Aquisição de equipamentos e materiais		10.000.000,00	10.000.000,00
R.2.2	A2.2.1- Reciclagem de 2 técnicos especialistas em tratamento pos-colheita (hortaliças e frutas), 1 técnico em comercialização	250.000,00	750.000,00	1.000.000,00
	A2.2.2- Formação e reciclagem de 180 agricultores	400.000,00	1.600.000,00	2.000.000,00
<b>Total</b>		<b>1.900.000,00</b>	<b>48.100.000,00</b>	<b>50.000.000,00</b>

### **Efeitos/impactos esperados**

<b>Resultados</b>	<b>Efeitos</b>	<b>Impactos</b>
Resultado 1.1 – Uma entidade para gestão do centro é criado e legalizado	O reforço das capacidades (gestão e técnicas) das populações rurais	A melhoria das condições de vida sustentável das populações rurais, sobretudo as mais vulneráveis , em termos de luta contra a pobreza e segurança alimentar  Integração das mulheres chefes de famílias  Melhoria da balança comercial pela substituição das importações
Resultado 2.1 – Um centro com as unidades de condicionamento e armazenagem pós colheita, controle de qualidade e comercialização/marketing construído e operacional	- Valorização das produções agrícolas permitindo o aumento dos rendimentos e do emprego rural  -Mercado melhor abastecido	
Resultado 2.2 - Produtos de alto valor acrescentado promovidos, definidos os “standards” de qualidade e assegurado um sistema de controle de qualidade	Reforço das capacidades de apoio local e de controle de qualidade da cadeia alimentar	

### **Riscos do projecto**

Conflitos de interesse com os circuitos existentes  
O não engajamento dos parceiros internacionais  
Falha de execução do projecto em tempo oportuno  
Dinamismo do sector privado no envolvimento no projecto

## FICHA DE PROJECTO 2

**Nome do Projecto:** Promoção do Ecoturismo em São Nicolau

**Localização:** ilha de São Nicolau

**Duração :** 2 anos

**Instituição responsável :** Delegação do MADRRM de São Nicolau

**Montante total :** 17.000.000\$00 ECV

**Financiamento :** Externo 70%

Nacional 30% (Beneficiários, Associações locais, MADRRM, Câmaras Municipais)

**Justificação :** O turismo sustentável é uma actividade promotora do bem-estar social, da preservação ambiental, do crescimento económico e do desenvolvimento harmonioso e equilibrado de um país. Para atingir este objectivo ele deve ser praticado e desenvolvido com base em normas, regras e leis tendo para o efeito uma visão clara virada para o futuro.

Cabo Verde constitui, de momento, um dos destinos turísticos mais procurados, não só pelas suas belezas naturais, mas, sobretudo, pelo seu clima, paz, tranquilidade e “morabeza” do seu povo.

Do turismo balnear, mais procurado nas ilhas rasas, hoje começa-se a despontar o interesse para o chamado turismo de montanha, com enfoque para as ilhas de Santo Antão, Fogo, Santiago e São Nicolau, ilhas, essas, que chamam atenção não só pelo exotismo das suas montanhas e vales mas, sobretudo pela flora rara constituída por endemismos existentes só em Cabo Verde.

A ilha de São Nicolau, onde está direccionado este projecto, tem conhecido nos últimos anos uma evolução bastante positiva em termos de número de visitantes, mas, vários são os constrangimentos que ainda condicionam o seu verdadeiro sucesso, sobretudo no mundo rural, destino esse muito procurado pelos turistas. De entre esses constrangimentos pode-se enumerar alguns, nomeadamente:

- Baixa capacitação dos operadores turísticos;
- Falta de alojamento em quantidade e qualidade para receber condignamente os turistas que visitam a ilha;
- Baixo nível de prestação serviços no sector;
- Falta de pessoal com capacitação turística, nomeadamente, técnicos, guias etc;
- Vias de acesso pedestres em mau estado de conservação;
- Quase total inexistência de sinaléticas com informações dos circuitos turísticos;
- Fraco poder económico dos operadores turísticos, sobretudo no meio rural.

A sua atracção turística decorre da qualidade do seu ambiente movido pelas reservas naturais do Monte Gordo, da riqueza do seu património cultural, da genuinidade da gastronomia, da disponibilidade de áreas com baixa densidade populacional susceptíveis de desenvolvimento de várias actividades de lazer e turismo, entre outros.

Este projecto enquadra-se nas orientações do Governo através do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP), assim como das políticas sectoriais do Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos ( Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e PANA II, PAIS TURISMO E AMBIENTE), e visa dar o seu contributo na mitigação dos constrangimentos turísticos evidenciados na ilha e procurando apoiar o desenvolvimento de um turismo ecológico e economicamente sustentável, assente na valorização do capital humano, no melhoramento dos circuitos turísticos e na oferta condigna de alojamento “chez l’habitant”.

### **Objectivos, resultados e actividades**

**Objectivo Geral :** Promoção do bem-estar das famílias rurais mais carenciadas através da inserção em actividades produtivas rentáveis.

**Objectivo específico 1 -** Acessos aos principais pontos turísticos da ilha melhorados e infraestruturas de acolhimento (residências familiares) valorizadas.

Resultado 1.1 – Circuitos turísticos, caminhos vicinais, moradias e similares, identificados e reabilitados.

- Actividade 1.1.1 – Identificação dos circuitos turísticos
- Actividade 1.1.2 – Recuperação 18 Km de caminhos vicinais
- Actividade 1.1.3 – Construção de dois miradouros
- Actividade 1.1.4 – Remodelação e equipamento de 20 quartos para recepção de turistas

**Objectivo específico 2 -** Capacidade de atendimento turístico a nível das comunidades rurais elevada e reforçada.

Resultado 2.1 – Comunidades rurais formados e capacitados no domínio do turismo rural e áreas afins

- Actividade 2.1.1 – Levantamento da situação sócio-económica e identificação das famílias alvos
- Actividade 2.1.2 – Formulação do projecto técnico específico.
- Actividade 2.1.3 – Formação de 15 guias turísticos
- Actividade 2.1.4 – Formação de 20 mulheres (chefes de famílias) em atendimento e acomodação de turistas no meio rural
- Actividade 2.1.5 – Organização e Gestão do Projecto

#### Meios necessários

**Os meios humanos** – Delegação do MADRRM em São Nicolau, Associações comunitárias, Câmaras Municipais

**Os meios materiais/equipamentos** – incluídos no pacote técnico global.

#### **Orçamento do projecto**

	Categoria despesas	Contrapartida Nacional	Externo	Montante Total
R1.1	A1.1.1- Identificação dos circuitos turísticos	45.000,00	105.000,00	150.000,00
	A1.1.2- Recuperação 18 Km de caminhos vicinais	1.620.000,00	3.780.000,00	5.400.000,00
	A1.1.3- Construção de dois miradouros	1.020.000,00	2.380.000,00	3.400.000,00
	A1.1.4 - Remodelação e equipamento de 20 quartos	1.800.000,00	4.200.000,00	6.000.000,00
R2.1	R2.1.1- Levantamento da situação sócio-económica e identificação das famílias alvos	45.000,00	105.000,00	150.000,00
	R2.1.2- Formulação do projecto técnico específico	30.000,00	70.000,00	100.000,00
	R2.1.3- Formação de 15 guias turísticos	225.000,00	525.000,00	750.000,00
	R2.1.4- Formação de 20 mulheres (chefes de famílias) em atendimento e acomodação de turistas no meio rural	225.000,00	525.000,00	750.000,00
	R2.1.5- Organização e Gestão do Projecto	90.000,00	210.000,00	300.000,00
<b>Total</b>		<b>5.100.000,00</b>	<b>11.900.000,00</b>	<b>17.000.000,00</b>

### **Efeitos/impactos esperados**

<b>Resultados</b>	<b>Efeitos</b>	<b>Impactos</b>
Resultado 1.1 – Circuitos turísticos, caminhos vicinais, moradias e similares, identificados e reabilitados	Efeito positivo na segurança das pessoas animais e bens através dos caminhos vicinais.	A melhoria das condições de vida sustentável das populações rurais, sobretudo as mais vulneráveis, em termos de luta contra a pobreza
Resultado 2.1 Comunidades rurais formados e capacitados no domínio do turismo rural e áreas afins	Capital humano valorizado  Integração e valorização das mulheres chefes de famílias	Preservação do meio ambiente

### **Riscos do projecto**

O período que se leva a procurar financiamento pode inviabilizar a sua realização em tempo oportuno; o engajamento das mulheres chefe de família, a fraca de coesão a nível das associações comunitárias.



Ficha de Projecto 3

Nome do Projecto:	Reforço e coordenação Institucional
Localização:	Ilha de São Nicolau
Objectivo geral	Reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de participação dos actores intervenientes no mundo rural na ilha de São Nicolau.
Objectivo específico	a) Reestruturação e reforço dos serviços de apoio técnico (investigação, extensão/vulgarização) para a ilha; b) Valorização dos recursos humanos e integração da abordagem género ; c) Promoção e reforço das organizações comunitárias de base e das suas federações; d) Instalação de um sistema participativa de seguimento/avaliação das acções do sector agrícola
Custo estimado:	15.00.000\$00
Duração prevista:	4 anos
Entidade responsável:	MADRRM/ Câmaras Municipais/ONGs
<p><b>Descrição Sumária e Enquadramento:</b> O diagnóstico participativo feito junto dos actores foi marcadamente explícito ao apontar os principais estrangulamentos e identifica as questões de ordem institucionais como sendo uma prioridade. Verifica-se um enfraquecimento institucional da delegação do MADRRM e os diferentes actores interessados reclamam uma maior presença desse ministério, principalmente na componente extensão rural e combate às pragas e doenças e uma maior atenção na busca de soluções para o desenvolvimento da agricultura na ilha de São Nicolau.</p> <p>Vários projectos de apoio aos serviços centrais do MADRRM, ( Direcção Geral de Planeamento e Gestão Orçamental, Direcção Geral do Ambiente, Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária) foram financiados e as actividades foram destinadas a reforçar as capacidades nos domínios de planeamento estratégico e operacional e o seguimento/avaliação dos programas e projectos.</p> <p>Ao fim desses anos de execução dos projectos de apoio constata-se que o MADRRM, ao nível central e ao nível das suas estruturas descentralizadas, enfrenta grandes dificuldades susceptíveis de dificultar a implementação de programas futuros. Para além de reformas julgadas indispensáveis, como a reforma orçamental em curso dos programas de investimento público, existem impedimentos de ordem institucional específicos do sector agrícola, susceptíveis de limitar a capacidade de absorção dos investimentos, nomeadamente: (i) a muita fraca integração dos serviços, dos programas de trabalho e inadequação das estruturas organicas; (ii) a fraqueza dos recursos humanos, técnicos, sócio-económicos e de gestão (iii) e a gestão deficiente da informação (capitalização, análise e partilha entre todos os actores) e assegurar a implementação eficaz das reformas que se pretende no sector da agricultura.</p>	
Beneficiários directos	Serviços do MADRRM, Municípios, ONGs, ACB, Proprietários agrícolas, agricultores , criadores de gado e população rural em geral
Beneficiários indirectos	Economia local e regional
Entidade executora	MADRRM, ONGs
Monitorização e avaliação	MADRRM, ONGs
Resultados esperados	Os serviços existentes capacitados e reforçados com implicação crescente das organizações rurais e do sector privado.
Equipamentos	Equipamentos necessários a serem especificadas durante a elaboração do projecto.
Financiamento externo	10.000.000\$00
Contrapartida nacional	5.000.000\$00 Disponibilização de recursos humanos locais e/ou nacionais para apoio e acompanhamento do projecto
Riscos e incertezas	O período que se leva a procurar financiamento pode inviabilizar a sua realização em tempo oportuno
Impacto sobre o desenvolvimento sócio-económico	Forte impacto sobre o desenvolvimento da ilha, reforço da capacidade de recursos humanos, integração dos aspectos género, aumento da participação e responsabilização dos actores intervenientes no sector agrícola e preservação do ambiente

#### Ficha de Projecto 4

Nome do Projecto:	– Projecto de Estudo e Valorização das Bacias Hidrográficas de Ribeira Brava e Queimadas
Localização:	Ilha de São Nicolau
Objectivo geral	Melhor aproveitamento das potencialidades das duas bacias e melhoria das condições de vida das populações
Objectivo específico	Dispor de um instrumento de planeamento orientador das acções a realizar nas duas bacias hidrográficas
Custo estimado:	8.000.000\$00
Duração prevista:	12 meses
Entidade responsável:	Governo – MADRRM
<p><b>Descrição Sumária e Enquadramento:</b> O Governo de Cabo Verde no seu programa e estratégia de desenvolvimento da agricultura, considera a gestão dos recursos naturais, principalmente os recursos hídricos, como uma das prioridades a par da luta contra a pobreza.</p> <p>A gestão dos recursos hídricos deve obedecer uma abordagem conforme a configuração natural do espaço e as realidades socio-económicas, tendo as bacias hidrográficas como unidade bem definida que responde a este duplo critério.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No plano dos recursos naturais, a bacia hidrográfica é a entidade geomorfológica onde se realiza o ciclo de água. É pois uma unidade natural de gestão dos recursos hídricos. É igualmente uma unidade de gestão da biomassa vegetal com fins económicas (agricultura, pecuária e florestal) e ecológicas (protecção dos solos e da biodiversidade).</li> <li>- No plano dos recursos humanos, a bacia hidrográfica é uma unidade socio-económica onde se interpenetram os diferentes sectores da actividade rural, segundo uma organização coerente em termos de ocupação dos solos, do povoamento, e de trocas através das aldeias e as vias de comunicação.</li> </ul> <p>O estudo identificará os potenciais sítios para cada tipo de trabalhos de valorização, conservação de solos e protecção das bacias hidrográficas, bem como as estratégias de intervenção. Um esquema director de ordenamento das bacias será elaborado, incluindo a programação das intervenções no espaço e no tempo, bem como a metodologia de execução de forma assegurar uma participação da população local de forma sustentável e durável de acordo com as suas preocupações.</p> <p>O estudo será realizado em duas fases, por um periodo de 12 meses..</p> <p>A primeira fase do estudo durará 8 meses será consagrada às seguintes actividades: a)exploração dos relatórios existentes e experiências passadas no país; b) recolha e análise dos dados de base; c) relatório do estudo-diagnóstico da situação actual em todos os domínios (institucional, jurídico e socio-económico): d) apresentação de ante-projectos sumários de ordenamento que servirão de base para a elaboração do esquema director por bacias hidrográficas; elaboração do esquema director por bacias hidrográficas.</p> <p>A segunda fase do estudo durará 4 meses e será consagrada à aprovação do relatório definitivo da primeira fase e apresentação dos dossiers dos programas de acção de desenvolvimento, o relatório de ante-projectos dos trabalhos seleccionados na primeira fase.</p>	
Beneficiários directos	População residente nas bacias hidrográficas
Beneficiários indirectos	Economia local e regional
Entidade ejecutora	DGASP/Equipa de consultores
Monitorização e avaliação	DGPOG/MADRRM
Resultados esperados	Estudo traduzido num documento de orientação para as autoridades nacionais e locais na execução de projectos e programas de integração e desenvolvimentos nas duas bacias hidrográficas
Recursos Humanos	Equipa técnica ou gabinete privado contratado Equipa integrado por técnicos do MADRRM para acompanhar a elaboração do estudo
Equipamentos	Incluídos no pacote global do estudo técnico a elaborar
Financiamento externo	100% (custos financeiros de elaboração do estudo)
Contrapartida nacional	Elaboração dos TDR Organização e acompanhamento durante a fase de estudo Disponibilização de recursos humanos locais para apoio e acompanhamento no estudo
Riscos e incertezas	O período que se leva a procurar financiamento pode inviabilizar a sua realização em tempo oportuno
Impacto sobre o desenvolvimento sócio-económico	Forte impacto sobre o desenvolvimento da ilha particularmente na vertente agropecuária e industria agroalimentar e preservação do ambiente. O ordenamento vai permitir uma melhor utilização do espaço, desencravar de localidades e acesso aos mercados

